

ENTREVISTA PÁGS. 31 e 35



'Infância despedaçada': O desafio de enfrentar o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes

No Brasil, dados do Dique 100 apontam que a cada 24h, mais de 166 violações sexuais de crianças e adolescentes; sete violações a cada hora; uma violação a cada 8 minutos. Em entrevista exclusiva ao JS, a Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (10ª Coorpin) de Vitória da Conquista, Belª Rosilene Moreira Correia, destacou os fatores sociais que contribuem para a continuidade desta prática e os mitos criados em torno do perfil dos agressores. Reforçou a importância do diálogo, da educação e da discussão em casa e na escola, com as crianças e adolescentes sobre sexualidade e gênero. E da denúncia. Não importa quem seja o abusador. "... Salvar crianças", reforça a Delegada, é a missão de todos.

EDUCAÇÃO PÁGS. 23 a 29

Combatendo o Bullying nas Escolas: Diretores e Coordenadores Pedagógicos entendem e estão preparados para tratar o problema no ambiente escolar?



Autismo: Especialista destaca relevância do diagnóstico precoce e reconhecimento da Neurodiversidade

SAÚDE PÁG. 37

POLÍTICA - IITORÓ PÁGS. 16



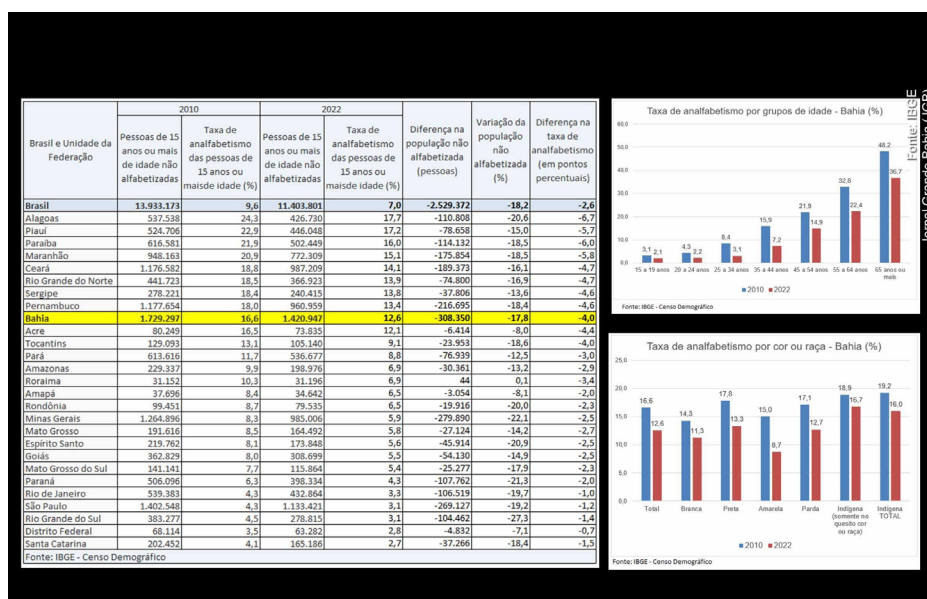
Vereador denuncia farra de combustíveis na Prefeitura de Itororó

POLÍTICA PÁGS. 17



Serra do Ramalho: TCM obriga prefeito a retirada de postagens autopromocionais das redes sociais

EDUCAÇÃO PÁGS. 19 a 29



Bahia é o Estado com maior número de analfabetos do país, mostra Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

◆ EDITORIAL

INFÂNCIA DESPEDAÇADA

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

O abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade preocupante no mundo, especificamente, no Brasil, com uma criança sendo vítima a cada 8 minutos, como reforçam dados de levantamento feito pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância – Unicef – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, corroborados pela Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Coordenadoria de Polícia Civil do Interior, sediada em Vitória da Conquista, Belª Rosilene Moreira Correia, em entrevista exclusiva ao JS. A Delgáda foi incisiva ao reforçar que não bastam políticas públicas, que é preciso, por mais óbvio que possa parecer, a participação da família na proteção e acolhimento das crianças e adolescentes, além da necessidade de serem rompidos paradigmas e estigmas, ou seja, lá o nome que se queira dar para que crianças tenham acesso, em casa e na escola, a Educação Sexual.

Incluir a Educação Sexual no currículo escolar desde as primeiras séries é de extrema importância para garantir que as crianças e os adolescentes tenham informações corretas e seguras sobre o seu próprio corpo, relacionamentos saudáveis, contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e respeito mútuo.

Resta evidente, portanto, diante da gravidade dos números oficiais, que repetimos, não refletem a realidade, que é muito mais perversa, que é fundamental, como uma das medidas inadiáveis que devem ser adotadas para proteger as crianças e os adolescentes, que as escolas abordem a Educação Sexual de forma inclusiva, respeitosa e acessível, garantindo que elas (crianças e adolescentes) tenham acesso a informações claras, precisas e baseadas em evidências científicas. Além disso, é importante envolver os pais e responsáveis nesse processo, para que também possam apoiar e orientar os jovens em questões relacionadas à sexualidade, de forma que possam desde cedo ter a exata noção do que não pode ser permitido e, caso ocorra, deva ser imediatamente denunciado.

Os números oficiais é importante ressaltar, uma vez que há o entendimento que a subnotificação é muito maior que se imagina, considerando, principalmente, que a maioria dos casos de abuso e violência sexual de crianças, principalmente estes, e adolescentes ocorre dentro de casa ou tem como agressor um parente próximo ou uma pessoa do convívio familiar, exigem, como reforçam Especialistas e acentuou a Delegada Rosilene Moreira Correia ao JS, que a sociedade, pais, educadores, religiosos e agentes públicos não se deixem contaminar pela hipocrisia que naturalmente acompanha cada um e se debrucem nessa realidade.

Até porque, como bem sublinhou a Delegada Rosilene Moreira Correia e tem sido repetido por Especialistas, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes deixam marcas profundas e duradouras na vida das vítimas, afetando sua Saúde Física, Mental e Emocional, resultando em problemas como Depressão, Ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-traumático, dificuldades de relacionamento, baixa autoestima e comportamentos autodestrutivos.

E, como sinalizam os Especialistas, sempre é bom ressaltar, as crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual invariavelmente sofrem com sentimento de culpa, vergonha e medo, o que pode dificultar a busca por ajuda e o processo de recuperação. Elas podem se sentir isoladas, desconfiadas e incapazes de confiar em outras pessoas, o que pode prejudicar seu desenvolvimento emocional e social.

É portanto, fundamental dessa maneira, que a sociedade esteja atenta a essas questões e ofereça suporte e recursos adequados para as vítimas de abuso e violência sexual, garantindo que tenham acesso a tratamento psicológico, apoio emocional e proteção legal. Mas, também é importante trabalhar na prevenção do abuso e da violência sexual, combatendo a cultura do silêncio e do descaso em relação a essa iniquidade tão devastadora. A proteção das crianças e adolescentes deve ser uma prioridade de todos, para que possam crescer de forma saudável, segura e feliz.

É importante que haja políticas públicas eficazes de proteção às crianças e adolescentes, que passam pela capacitação de profissionais para identificação e atendimento às vítimas, e punição rigorosa aos agressores. Além disso, é essencial promover a educação e conscientização da população sobre a importância de denunciar casos de violência sexual e de proteger as crianças.

É portanto, dever, de todos nós garantir um ambiente seguro e acolhedor para as crianças, onde possam crescer e se desenvolver de forma saudável e feliz, sem medo de serem vítimas de violência sexual.

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação “.jornaldosudoeste.com”, são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, Sl 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

Conselho Editorial
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor Executivo/Diretor de Redação
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
(77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

Editora ExecutivaAdjunta
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
gabriellaoliveira2125@gmail.com

Reportagem
Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias
(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Hemilly Lorraine Dias Silva - (77) 99702176
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Arte, Fotografia e Diagramação
Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Laila Tainar Alves Costa Farias
(77)99843-1603
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Estratégia Digital/Edição de Imagens/Media Digital

Rhian Amorim de Souza
(77) 99833-2354
socialmediajs@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Comercial - Atendimento ao Cliente
Maíra Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação
(77) 99872-5389
E-mail:
redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

Contato direto - Sugestão de Pautas
(77) 99838-62-83
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
gabriellaoliveira2125@gmail.com

Representantes Comerciais Comercial
Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redes Sociais:
Portal de Notícias: www.jornaldosudoeste.com
Whatsapp:(77) 99872-5389
facebook: @jornalsudoestebahia
instagram: jornaldosudoeste
X:jsudestebahia
YouTube: @JornaldoSudoestecanaljs

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

Câmara Municipal de Malhada de Pedras rejeita contas da ex-prefeita Terezinha Baleeiro

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A Câmara Municipal de Malhada de Pedras, na Sessão Ordinária do último dia 22, em votação secreta, por sete votos a dois, rejeitou as contas do exercício financeiro de 2019 da ex-prefeita Terezinha Baleeiro Alves Santos (Progressistas). A decisão acatou Recomendação do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que tinha emitido Parecer pela reprovação.

De acordo com o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios com a Recomendação de Rejeição das Contas, a ex-prefeita infringiu diversos procedimentos legais, dentre eles "ter deixado de ordenar ou promover, na forma e nos prazos da Lei, a execução de medida para redução do montante da despesa total com pessoal que excedeu ao limite máximo (54% das Receitas Correntes Líquidas) estabelecido no Artigo 20, Inciso III, Alínea "b", da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal)", insignificante cobrança da dívida ativa tributária; e descumprimento administrativo contra as Leis de Finanças Públicas, previsto no Artigo 5º da Lei Federal 10.028/00 (falha na Transparência Pública).

As irregularidades apontadas pela Corte de Contas resultaram na aplicação de multas à ex-gestora nos valores de R\$ 5.000,00 (descumprimento administrativo contra as Leis de Finanças Públicas, previsto no Artigo 5º da Lei Federal 10.028/00) e de R\$ 50.400,00 (por afronta ao disposto no Artigo 20, Inciso III, Alínea "b", da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal).

A rejeição das contas pela Câmara Municipal fica inelegível por oito anos e poderá, se assim entender o Ministério Público, ser denunciada e responder pelo cometimento do Crime de Improbidade Administrativa.

Com as contas rejeitadas pelo legislativo Municipal, a ex-prefeita Terezinha Baleeira Alves Santos (Progressistas) fica inelegível pelos próximos oito anos.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

OUTRO LADO

Contatada, através de sua Assessoria, para que pudesse comentar/contraditar as alegações do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia que, em tese, justificaram a rejeição das contas do exercício de 2019 pela Câmara Municipal de Malhada de Pedras, que poderá resultar na sua inelegibilidade por oito anos, a ex-prefeita Terezinha Baleeiro Alves Santos (Progressistas) disse que não iria se manifestar nesse momento.

Isolado politicamente, prefeito de Jussiape enfrenta CEI e tem contas rejeitadas pelo Legislativo Municipal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O prefeito de Jussiape, médico Éder Jakes Souza Aguiar (PSD), 49 anos, eleito em 2016 com 78,11% dos votos válidos e reeleito em 2020 com 54,76% dos votos válidos, chega ao final do mandato amargando elevados índices de reprovação popular e isolado politicamente, contando com apoio de apenas dois dos nove vereadores com assento no Legislativo Municipal. E, para completar o que os astrólogos chamam de “inferno astral” – período turbulento, marcado por

desafios e contratempos – o prefeito está sendo alvo de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) instaurada pela Câmara Municipal para apurar denúncias de supostas perseguições a servidores e à população, presumivelmente por divergências políticas e ideológicas que resultariam em possíveis coações, pressões e ameaças, envolvendo a primeira-dama Hilda Rejane Assunção Ribeiro Aguiar, que estaria, segundo o Requerimento que justificou a instauração da Comissão Processante, “exercen-

do funções de mandatária do município sem qualquer legitimidade, inclusive dando expediente regularmente na Prefeitura e expedindo ordens aos secretários e demais subordinados sem exercer formalmente qualquer cargo”. A Comissão Processante investiga ainda, a notícia que o gestor estaria se ausentando do município e se afastando de suas funções “para exercer exclusivamente a profissão de médico em sua Clínica em Livramento de Nossa Senhora”.

FOTO: ASCOM/PMJ



Médico Éder Jakes Souza Aguiar, prefeito de Jussiape.

Em meio às investigações, no último dia 24 de maio, a Câmara Municipal, em votação secreta, por sete votos a dois, aprovou o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e rejeitou as contas do exercício financeiro de 2021. Além de rejeitar as contas, a Câmara Municipal acatou Requerimento do vereador José Roberto Ribeiro de Carvalho (Avante) para encaminhamento da decisão do Legislativo Municipal (rejeição das contas de 2021) e ajuizamento da denúncia oferecida pelo vereador Felipe Souza Carvalho (Avante) referente a supostas fraudes em Licitações, Pagamentos sem apresentação de documentos e serviços prestados sem comprovação do quantitativo de funcionários empregados, no Ministério Público Estadual.

A situação do prefeito Éder Jakes Souza Aguiar (PSD) parece estar politicamente muito complicada, considerando principalmente a falta de uma base de sustentação no Legislativo Municipal e, especialmente após da rejeição das contas relativas ao ano de 2021 e as supostas irregularidades apontadas pelo vereador Felipe Souza Carvalho (Avante), o que vai tornar ainda mais difícil até a conclusão do mandato – que pode ser antecipado a depender das conclusões da CEI - nos próximos sete meses, a tramitação de medidas e projetos encaminhados à casa Legislativa.

Os últimos movimentos da política jussiapense, além de minar a credibilidade e autoridade do gestor perante os vereadores e a população, compromete a eficácia de sua administração e seu legado como gestor público, além de impor dificuldades para o nome situacionista que indicar para disputar a sucessão municipal.

Com a decisão do Legislativo Municipal, que rejeitou as contas do exercício financeiro de 2021, o prefeito Éder Jakes Souza Aguiar (PSD) está inelegível para cargos públicos por oito anos, subsequentes ao término do atual mandato, portanto, entre 2005 e 2033, conforme preconiza o Inciso I, do Artigo 1º da Lei Complementar 64/1990 (Lei das Inelegibilidades).

◆ OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Éder Jakes Souza Aguiar (PSD), para oportunizar que pudesse comentar e contraditar o teor do parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia que justificou a decisão do Legislativo Municipal de rejeitar as contas do exercício financeiro de 2021, além de se posicionar em relação à Comissão Especial de Inquérito em curso na Câmara Municipal e apontar as medidas que já teria ou pretende adotar para sua defesa e reversão da sentença. O telefone da Prefeitura Municipal (77 3414-2110), segundo a operadora, não existe.



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

Eu vi, eu vivi, eu sei: a extrema esquerda é sempre assim!

Quando nos mudamos para Porto Alegre, vindos de Santana do Livramento, fui aprovado no exame para ingresso no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, carinhosamente chamado “Julinho” e oficializado como “Colégio Padrão”. E era mesmo. Excelentes professores, num ambiente de liberdade, mas de muito estudo, leitura e provas mensais pra valer.

Imediatamente, fui capturado para a política estudantil dos anos 1960, 1961 e 1962. Aprendi muito sobre a extrema esquerda que derrotávamos nas eleições para o Grêmio Estudantil, mas para a qual perdíamos as eleições metropolitanas e estaduais. Uma lição recorrente foi observar e enfrentar a determinação com que, nas assembleias, os “comunas” ou os “vermelhos”, ou ainda, os “do partidão” (PCB), quando minoritários, criavam tumultos para impedir deliberações que os contrariassem. A opinião daquela gurizada deveria prevalecer mesmo se rejeitada, custasse o que custasse. Éramos adolescentes, eu tinha 15 anos, representava minha turma e ali, naqueles entreveros – valho-me do conceito popularizado – aprendi a jogar xadrez com pombos: eles derrubam as peças, defecam no tabuleiro e saem cantando vitória.

Lembrei-me disso agora, no dia 03 de junho, assistindo reportagens com cenas da invasão e vandalismo da Assembleia Legislativa do Paraná por professores e alunos contrários ao projeto de terceirização da administração de 200 estabelecimentos de ensino. Há 15 dias, algo semelhante quase aconteceu em São Paulo durante a votação da criação de algumas dezenas de Escolas Cívico-Militares. É ou não o mesmo desprezo à democracia que eu conheci há 64 anos?

A bancada da extrema esquerda na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados está inconformada com a eleição do jovem e brilhante deputado Nicolas Ferreira para presidência do órgão. Por isso, vem usando os meios menos regimentais e mais grosseiros possíveis para impedir, mediante tumulto, que as deliberações ocorram.

Parece pouco? Tem mais. Não é o mesmo desprezo pela democracia e pela representação política que tem levado grupos identitários a entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra leis que proíbem o uso de linguagem de gênero neutro? Danem-se o idioma, seu léxico e sua gramática, confundam-se as mentes dos educandos com vocabulário e regras contraditórias, a vontade da extrema esquerda deve imperar! No fim da linha e da picada, um poder sem voto está passando por cima de toda a sensatez e da Constituição que diz ser o português o idioma do Brasil. Então, porque pode ou não pode? Faz cumprir numa canetada a vontade da minoria ruidosa e ensandecida, mesmo ao preço do emburrecimento nacional.

Sindicalista e vereadores apontam irregularidades e sugerem que Empresa contratada pela Prefeitura de Riacho de Santana é “fantasma”

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeida@j@gmail.com

Ganhou ampla repercussão na imprensa regional e do Estado a denúncia feita pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves, juntamente com os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Pro-

gressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), referente a contratação pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana da Empresa vencedora do Processo Licitatório (Concorrência 003/2023) – Construtora e Serviços Bahia Eireli ME – para execução do projeto de requalificação do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho, no valor

global de pouco mais de R\$ 2 milhões, financiados com recursos do Termo de Convênio nº 010/2023, celebrado entre o município, por meio do Fundo Municipal de Saúde, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, sugerindo que o empreendimento não existia, era, portanto, uma “Empresa Fantasma”.

FOTO: DIVULGAÇÃO/REDES SOCIAIS



Sindicalista Reginaldo da Silva Alves e vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), autores da denúncia.

Segundo os denunciante [presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves, e os vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD)], antes de proceder a uma apuração mais detalhada, exigindo, inclusive, com base na Lei Federal 12.528/11 (Lei de Acesso à Informação), que a Prefeitura Municipal disponibilizasse informações e documentos relativos ao Contrato celebrado com a Construtora e Serviços Bahia Eireli ME, subliminarmente sugerindo tratar-se de uma Empresa “fantasma” [Empresa que não existe física-

mente, nem sequer atua verdadeiramente no mercado, mas que ainda assim possui registro jurídico]. Essa avaliação subjetiva foi reforçada pela visita que fizeram a Bom Jesus da Lapa, conforme vídeo postado em suas redes sociais, onde constataram que no endereço informado pela Empresa e constante do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana não existe prédio ou sede do empreendimento. O vídeo e um texto no qual apontam que “... a Licitação de mais de R\$ 2 milhões para a reforma do Hospital (Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho) está sob suspeita de manipulação, e a Empresa vencedora pode ser uma “Empresa Fantasma”, o sindica-

lista e os vereadores usaram as redes sociais e repercutiram em blogs e rádios locais e regionais, a suspeita, logo foram reproduzidas por blogs e órgãos de imprensa de todo o Estado, sugerindo a existência de fraude no Processo Licitatório e na homologação da contratação da Construtora e Serviços Bahia Eireli ME, que seria uma “Empresa Fantasma”. Nas entrevistas que concedeu – como aponta, por exemplo, o Jornal A Tarde – o sindicalista Reginaldo da Silva Alves não fez qualquer observação, nem solicitou retificação após a publicação e repercussão, de que se tratava de uma suspeita, mantendo, portanto, o discurso a ele atribuído de que o empreendimento contrata-

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

do pelo Poder Público riachense era uma “Empresa Fantasma”.

Em tese, inconsequente e feita com o fito único de denegrir a imagem, especificamente do Governo Municipal, e do empreendimento, a denúncia feita pelo sindicalista Reginaldo da Silva Alves e pelos vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), foi feita sem que houvesse a responsabilidade e a preocupação de analisar – o que faz parte das prerrogativas dos parlamentares envolvidos – a documentação que foi entregue na Comissão Permanente de Licitações e Contratos da municipalidade, onde certamente constatariam que teria havido ou não, por parte da Empresa, a apresentação de documento (Alvara de Licença de Localização e/ou Funcionamento) emitido - e com validade – pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa.

Se o Alvará de Licença de Localização e/ou Funcionamento apresentado pela Empresa não evidenciasse que tenha sido fraudado, a ilegalidade teria sido, de forma compartilhada, cometida pelo ente público emissor (Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa) que possivelmente não teria feito, como preconiza a legislação vigente, a efetiva fiscalização do local indicado para verificar se estaria dentro das normas de segurança e saúde, entre outras, antes de expedir o documento. Nesse caso, poderiam até requerer o cancelamento do contrato e a abertura de um novo Processo Licitatório, evitando, dessa forma, a divulgação de notícia que restou evidentemente ser falsa.

De acordo com um Especialista em Licitações Públicas, que falou sob reserva ao JS, é possível que tenha havido omissão do Poder Público que emitiu o documento, no caso a Prefeitura

Municipal de Bom Jesus da Lapa, em adotar os procedimentos exigidos para expedição do certificado e, falsidade ideológica da Empresa vencedora do Processo Licitatório contratada. Essas irregularidades, segundo reforçou, se a Comissão de Licitação e Contratos fez a conferência da documentação original e cópias autenticadas entregues pela Empresa, não há que se falar em fraude ou imputar ao ente público contratante qualquer penalização, uma vez que teria agido de boa fé.

Reforçando ter havido o reconhecimento da inconsequência do ato, diante da repercussão da denúncia, reproduzida inclusive por um grande jornal de circulação estadual, que também não teve o cuidado de fazer as apurações e buscar o contraditório, o sindicalista Reginaldo da Silva Alves e vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), mesmo sem fazer qualquer comentário sobre a credibilidade da primeira narrativa que repercutiu, elaboraram um Requerimento, subscrito pelos edis, que foi protocolizado na Mesa Diretora do Legislativo Municipal cobrando do prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas) o encaminhamento da documentação referente ao Processo Licitatório para escolha da Empresa para reforma do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho e do Contrato celebrado com a vencedora.

Ouvido pela reportagem do JS, através de mensagens de texto no Aplicativo WhatsApp, o sindicalista Reginaldo da Silva Alves, sem se referir à possibilidade da Empresa, como foi inicialmente sugerido por ele e pelos vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva

(PSD), ser “fantasma”, disse que foi formalizado um Requerimento para que a Câmara Municipal e o Ministério Público “investiguem todo o Processo Licitatório, para que haja mais transparência”.

Ainda segundo o sindicalista, a Licitação para contratação da empresa para reparos gerais no Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho, que envolve recursos superiores a R\$ 2 milhões, “teve uma Empresa de Correntina – cidade em que o atual prefeito (progressista João Vitor Martins Laranjeira, pontuou, tem negócios) – como vencedora. Porém, Empresa vencedora desistiu e a Empresa que estava em segundo lugar (Construtora e Serviços Bahia Eireli ME) foi convocada e assinou contrato com a Prefeitura. No intuito de conhecer mais sobre a Empresa resolvemos ir até a sua sede e lá encontramos uma Oficina Mecânica. Em razão disso, oficiamos à Câmara Municipal e ao Ministério Público para que todo o Processo Licitatório seja investigado e possa haver mais transparência”, ponderou, sem apontar que esse procedimento foi feito posteriormente à divulgação da informação indicando, subliminarmente, que teria havido fraude no Procedimento Licitatório.

Depois da denúncia que a Empresa Construtora e Serviços Bahia Eireli ME seria “fantasma” repercutir, o vereador Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), questionado pelo JS se teria havido o cuidado de checar a regularidade da Situação Cadastral da Empresa junto à Receita Federal, disse que a Assessoria Jurídica dos vereadores denunciante estaria realizando os procedimentos de checagem, mas que ainda não tinha o resultado. Não apontou, no entanto, o motivo pelo qual essa providência não foi adotada antes de denunciar uma irregularidade supostamente inexistente e o motivo da demora em obter as respostas.

◆ OUTRO LADO

Contatado pela reportagem do JS para que pudesse comentar e contraditar a denúncia feita pelo presidente do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves e vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), o prefeito João Vitor Martins Laranjeira (Progressistas) não quis se manifestar.

Já o empresário Flávio Bispo Santos, gestor da Empresa Construtora e Serviços Bahia Eireli ME, ouvido pelo JS por telefone, classificou a denúncia como “eleitoreira”. Para o empresário, a intenção dos denunciante foi ganhar visibilidade política. “Não há outra explicação”, pontuou.

Demonstrando serenidade, o empresário afirmou não haver qualquer irregularidade no Processo Licitatório realizado pela Prefeitura de Riacho de Santana, na qual sua Empresa ficou em segundo lugar e foi convocada para assinar o Contrato e executar os serviços em face a desistência da Empresa vencedora.

Flávio Bispo Santos apontou uma série de obras realizadas pela Empresa em municípios da região, inclusive em Riacho de Santana – reforma do Mercado Municipal da Comunidade de Laguna, entre outras, onde foram executados serviços extras, que não estavam no Contrato, sem ônus para o município – e lamentou que os denunciante, especificamente os vereadores em nenhum outro momento fizeram qualquer questionamento em relação aos Contratos que celebrou com a Prefeitura Municipal. “Agora, por se tratar de um Con



FOTO: ASCOM/CMRS

trato com valor alto e por estar as vésperas da eleição, estão criando essa situação. Desde a pandemia (da COVID-19), temos trabalhado e feito os trabalhos documentais em home office, o que entendemos ser legal". O empresário reconheceu que está o endereço da Empresa está desatualizado, mas afirmou que a Contabilidade já estaria adotando as providências para a atualização.

Por fim, sem esconder uma ponta de indignação, o empresário Flávio Bispo Santos, reforçou que tem seu nome e da sua empresa limpos, que é um trabalhador honesto e, "diferentemente de muitos que estão acostumados a roubar e andar de carros novos, é uma pessoa simples, que tem moradia modesta fruto de sua luta".

Solicitado a fornecer Cópia do Alvará de Licença e Funcionamento da Empresa, a Relação de Obras executadas e em execução em Riacho de Santana desde o ano de 2021, a lista das garantias que a Empresa teria oferecido para executar a obra de requalificação do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho, além do endereço correto da empresa, Flavio Bispo Santos, a princípio, tergiversou, depois disse que o JS deveria buscar essas informações e documentos na Prefeitura Municipal de Riacho de Santana. Em um segundo momento, disse que estava ocupado e não poderia atender o pedido e, finalmente, mencionou que iria encaminhar a solicitação para sua consultoria responsável, mas não mais retornou os contatos.

Sindicalista e vereadores poderão ser responsabilizados criminalmente

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A denúncia amplamente divulgada presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves e vereadores Celio – Cariri – Rodrigues de Araújo (PSD), Denaide – Dinaide - Silva Rocha Penalva (Progressistas) e Edilson – do Cedro – Pereira da Silva (PSD), sem que houvesse o cuidado de previamente aprofundar as investigações e buscar informações para embasá-las, com uma mensagem dissimulada sugerindo ter havido fraude no Processo Licitatório e na contratação da Empresa vencedora, que seria "fantasma", em tese, pode ser tipificada como fake news (notícia falsa) e poderá render aos mesmos, conforme reforçaram ao JS juristas, que concordaram em falar sob reserva, processos na Justiça.

Segundo um dos juristas ouvidos pela reportagem, questionado se a notícia, que não foi comprovada, de que a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana teria contratado uma "Empresa Fantasma" – ainda que a narrativa tenha sido mudada após a ampla repercussão da acusação – para executar um projeto com investimento superior a R\$ 2 milhões, ainda que tenha sido feito de forma dissimulada, poderá render aos denunciadores algum tipo de questionamento e Processo Judicial, apontou que não se pode descartar que tanto o Poder Público, quanto a Empresa citada, com base nas notícias que ganharam destaque na mídia regional e do Estado, protocolizem uma Ação Judicial de "difamação, perdas e danos e denúncia caluniosa. É preciso levar em conta que a divulgação de informações falsas pode prejudicar a imagem e a reputação do Poder Público e da Empresa envolvidos, causando danos tanto à Instituição quanto ao empreendimento privado envolvidos", ponderou.

Ainda segundo jurista, "é importante que os agentes públicos ajam com responsabilidade e verifiquem a veracidade das informações antes de divulgá-las. Isso porque, em casos de divulgação de ilícitos falsos, as medidas legais cabíveis podem ser tomadas para reparar os danos causados e garantir a integridade da Instituição e do empreendimento", reforçou.

O jurista afastou, nesse caso, a tese da "liberdade de expressão", lembrando que a Constituição Federal e as Leis Infraconstitucionais, ainda que reforcem o direito e a importância da liberdade de expressão e dever de informação, não podem se sobrepor à verdade. "A veiculação, por qualquer meio, inclusive quando supostamente agasalhada pelo instituto da imunidade parlamentar, que poderá ser alegada pelos vereadores riachenses, de notícia falsa, sem qualquer cautela para apuração de sua veracidade, ou intencionalmente divulgada com objetivo único de prejudicar adversários políticos, com o pretexto de cumprir a atribuição de fiscalização do ente público, é passível de responsabilização por eventuais prejuízos materiais e morais", sublinhou, acrescentando que a divulgação de informações incorretas ou enganosas pode causar danos à sociedade e minar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. "Os parlamentares, principalmente estes, têm a responsabilidade de fornecer informações precisas e verificadas às pessoas que representam, e devem agir com ética e integridade em todas as suas ações públicas. Divulgar notícias falsas é antiético e prejudica a credibilidade e a legitimidade do sistema político como um todo", concluiu.

O que diz o Código Civil (Lei Federal 10.406/2002)

De acordo com o Código Civil, a ocorrência de ato ilícito por quem, por omissão ou ação voluntária, por negligência ou imprudência, viola o direito de alguém, ou seja, aquele que intencionalmente, por negligência ou imprudência, divulgar notícia falsa sobre determinada Instituição, Empreendimento ou pessoa a ponto de lhe causar danos materiais ou morais, será obrigado a repará-lo.

Ouvido, por mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp, sobre a possibilidade de ser, juntamente com os vereadores autores da denúncia relacionada à Licitação para requalificação do Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Riacho de Santana (Sinserp), Reginaldo da Silva Alves, apontou que juntamente com os vereadores teria buscado maiores informações sobre a Empresa considerando o expressivo valor do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal "o que causou estranheza foi o fato da Empresa ter um endereço falso. O restante (legalidade das informações e do Processo Licitatório) o Ministério Público irá investigar. Caberá à Justiça julgar se a Empresa é ou não "fantasma", reforçou.

Tribunal Regional Eleitoral reforma sentença e absolve vereador petista Alexandre - Xandó - Garcia Araújo

Denunciado pelo Diretório Municipal União Brasil por propaganda eleitoral extemporânea, petista tem decisão da Justiça Eleitoral de Vitória da Conquista reformada

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Por unanimidade, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia reformou a sentença exarada pelo Juiz Eleitoral da 41ª Zona Eleitoral de Vitória da Conquista, Wander Cleuber Oliveira Lopes, que atendeu parcialmente a Ação proposta pelo Diretório Municipal do União Brasil, condenado o vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo (PT) ao pagamento de multa de R\$ 5 mil por propaganda eleitoral extemporânea.

Na denúncia, o Diretório Municipal do União Brasil apontou que o vereador petista distribuiu em diversas localidades (sede e zona rural) do município, além de ter feito postagens no perfil das redes sociais de calendário anual com sua foto ao lado do Deputado Federal e pré-candidato à sucessão municipal de Vitória da Conquista, Waldenor Alves Pereira Filho (PT/BA). O União Brasil requereu da Justiça Eleitoral que o vereador petista fosse condenado por violação do Artigo 36 da Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições) - Propaganda Eleitoral Antecipada - que o material distribuído (calendários anuais) fosse apreendido e determinado que as postagens nas redes sociais fossem apagadas.

Na decisão proferida no último dia 18 de março, o magistrado titular da 41ª Zona Eleitoral de Vitória da Conquista, Wander Cleuber Oliveira Lopes, que liminarmente já havia determinado ao vereador denunciado a abster-se da distribuição e apagar todas as postagens em suas redes sociais relacionadas com a distribuição do calendário anual objeto da denúncia do União Brasil, concluindo que o petista teria efetivamente excedido os limites estabelecidos para a pré-campanha eleitoral, afrontando as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral vigentes, condenou Alexandre - Xandó - Garcia Araújo a pagar multa no valor de R\$ 5 mil.



Vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo (PT).

A defesa do vereador recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia que no último dia 29 de maio, reformou a sentença do Juiz da 41ª Zona Eleitoral de Vitória da Conquista, retirando a multa aplicada ao petista.

Em seu voto, o Relator do Processo no Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Danilo Costa Luiz, apontou que a legislação eleitoral considera "propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada fora do período permitido e cuja mensagem contenha pedido explícito ou subentendido de voto ou aquela que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento não permitido no período de campanha". Ressaltou ainda que não foi esse o entendimento ao analisar a denúncia. Isso porque, das fotos carregadas aos

autos, não há menção ao pleito vindouro, frase com viés eleitoral, muito menos pedido de voto, elementos necessários à configuração do ilícito referido, o que afasta da distribuição do calendário, portanto, o caráter eleitoral-propagandístico.

O Desembargador Danilo Costa Luiz destacou ainda que o vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo, em sua defesa, "comprovou que a distribuição aos simpatizantes não tinham relação direta com as eleições 2024, uma vez que promoveu a oferecimento das folhinhas em anos anteriores, discriminando inclusive os valores similares despendidos na confecção delas", concluindo pela reforma da decisão do juízo da 41ª Zona Eleitoral de Vitória da Conquista, "afastando, consequentemente, a aplicação da multa".



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE.

João Pedro Rocha de Moura Oliveira: o nome que pode surpreender na disputa pela Prefeitura de Palmas de Monte Alto

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Definidas as pré-candidaturas à sucessão municipal de Palmas de Monte Alto, analistas políticos avaliam que a disputa deverá ser polarizada entre o candidato indicado e apoiado pelo prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz (PSD), que contrariou expectativas e pesquisas internas do grupo para lançar o atual secretário municipal de Saúde, Marco Túlio – Tito – Laranjeira Rocha (PSD), e o ex-prefeito Fernando Nogueira Laranjeira, que migrou de mala, cuia e votos do MDB para o Avante. Esse entendimento, no entanto, pode não se confirmar. Enquanto se avolumam as vozes discordantes e as dissidências no grupo situacionista com a escolha feita pelo prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz (PSD) e, do outro lado, o ex-prefeito Fernando Nogueira Laranjeira se movimenta para conquistar novas adesões à sua pretensão de retornar ao Paço Municipal para cumprir seu quarto mandato à frente do Executivo Municipal montealtense, o pré-candidato João Pedro Rocha de Moura Oliveira (PSB), que disputou a sucessão municipal em 2020 obtendo 18% dos votos válidos (2.743 votos), e no último dia 2 de abril deixou a Coordenadoria de Engenharia da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

Considerado por alguns analistas políticos regionais como um Outsider, embora já tenha se firmado como uma das mais promissoras lideranças jovens da região, transitando com desenvoltura entre importantes lideranças que cercam o governador Jerônimo Rodrigues (PT), além de contar com apoio irrestrito da presidente regional do PSB, Senadora da República Lídice da Mata e Souza, o Arquiteto e Urbanista João Pedro Rocha de Moura Oliveira (PSB) tem contrariado essa expectativa e se movimentado com desenvoltura no cenário político montealtense e conquistado apoios de importantes atores da cena política, empresarial – muitos ainda nos bastidores para não sofrer retaliações – e comunitárias.

Experiente, apesar da pouca idade, 29 anos, o socialista João Pedro Rocha de Moura Oliveira aprendeu uma lição importantíssima para quem quer disputar uma eleição



FOTO: REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS/EUGÊNIO FRANKLIN FOTOGRAFIAS

Arquiteto e Urbanista João Pedro Rocha de Moura Oliveira, do OPSB, pré-candidato à sucessão municipal de Palmas de Monte Alto.

municipal marcada pela polarização entre “velhos caciques”, que pode ser traduzida pela escolha do companheiro de chapa. Até porque, ensinam os mais experientes políticos, uma Chapa coesa e com visibilidade eleitoral precisa de um candidato a vice à altura das propostas e das expectativas do eleitorado. E a movimentação de João Pedro Rocha de Moura Oliveira para atração de dissidentes dos grupos liderados pelo atual e pelo ex-prefeito [Manoel Rubens Vicente da Cruz (PSD) e Fernando Noguei-

ra Laranjeira (Avante)] mostrou amadurecimento e perspicácia, por exemplo, ao convidar para compor sua chapa a vereadora e ex-titular da Secretaria Municipal de Assistência Social Adenúcia dos Santos Araújo (PT), agregando ao seu projeto, além de uma liderança feminina bem avaliada pelos serviços prestados à população montealtense, especificamente às parcelas mais vulneráveis, o Partido dos Trabalhadores e, ainda, inibindo a participação do Governo do Estado nas campanhas dos adversários.

FOTO JOÁ SOUZA/GOVBA



Pré-candidatos a prefeito e vice-prefeita, João Pedro Rocha de Moura Oliveira (PSB) e Adenúzia dos Santos Araújo (PT), com o governador Jerônimo Rodrigues, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Ângelo Mário Cerqueira de Almeida (PSB), e o Deputado Estadual José Raimundo Fontes (PT).

E escolha da companheira de chapa já repercutiu positivamente em favor de sua candidatura, que no último mês de Abril ganhou o apoio público de três petistas de alto coturno no Estado, os Deputados Federais Waldenor Alves Pereira Filho e Josias Gomes da Silva, e o Deputado Estadual José Raimundo Fontes, que se somam a outras figuras importantes do cenário político baiano, como a madrinha de sua pré-candidatura, Senadora da República Lídice da Mata e Souza (PSB/BA), o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Deputado Estadual licenciado Ângelo Mário Cerqueira de Almeida (PSB), e o Chefe do Gabinete Civil do Governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT), Adolpho Loyola. Esses movimentos mostram que o socialista João Pedro Rocha de Moura Oliveira já não

pode mais ser considerado um Outsider, antes, um candidato que tem tudo para surpreender na disputa pela Prefeitura Municipal, por várias razões. Primeiramente por não estar ligado aos grupos liderados por políticos tradicionais, reforçando a ideia de que representa uma mudança e a renovação na política montealtense. Além disso, ainda que haja divergências na tese, sua falta de experiência em cargos eletivos (Executivo e Legislativo), pode ser visto pelo eleitorado como um ponto positivo, indicando que ele não representa e não está contaminado pelos vícios do sistema político local. Outro fator que pode contribuir para sua surpresa na disputa é o seu comprometimento com propostas inovadoras e soluções criativas para os problemas enfrentados pela cida-

de. Se conseguir transmitir confiança e credibilidade ao eleitorado, ele pode conquistar votos de eleitores cansados da mesmice e com a troca de apoio e favores entre políticos em busca de interesses que nem sempre são os da coletividade. No entanto, é importante ressaltar que a falta de experiência política pode ser vista como uma desvantagem por alguns eleitores, que podem preferir candidatos com mais conhecimento e habilidade para lidar com os desafios da gestão pública. Portanto, a capacidade do candidato socialista João Pedro Rocha de Moura Oliveira em convencer o eleitorado de que ele é a melhor opção para o cargo será determinante para o seu sucesso na disputa pela Prefeitura Municipal de Palmas de Monte Alto.



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

Prefeito e Vice de Livramento de Nossa Senhora podem ter mandatos cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Corte atende recomendação do Ministério Público Eleitoral, reforma sentença do Juízo da 1ª Instância e gestores podem ser cassados por Abuso do Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágios (Compra de Votos) no pleito de 2020

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Por unanimidade, no último dia 14 de Maio, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, retoma e prossegue à Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) que apura suposta prática de Abuso do Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágios (Compra de Votos), nas Eleições de 2020, tendo como réus, entre outras pessoas e empreendimentos, José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede Sustentabilidade) e Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), reeleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Livramento de Nossa Senhora nas Eleições de 2020.

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia também foi lastreada pelo Parecer do Procurador Eleitoral do Ministério Público junto à Corte, Fernando Túlio da Silva, que provocado divergiu da sentença exarada em dezembro de 2021 pelo Juiz Eleitoral Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho, da 101ª Zona Eleitoral.

Segundo a denúncia, protocolizada na Justiça Eleitoral pela Comissão Provisória do Partido Social Democrático (PSD) de Livramento de Nossa Senhora, os então prefeito e a vice-prefeita, respectivamente José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede Sustentabilidade) e Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), candidatos à reeleição, e outras cinco pessoas (Aécio Carlos Ribeiro Neto, José Raimundo Meira Aguiar, Lisio Tadeu Souza Caires, Robson Zeferino Lima Correia, Wagner Santos Pereira) e quatro empresas (Posto Joaquim Neto, Posto Cidade, Posto Livramento e Posto São Cristóvão), durante a campanha eleitoral de 2020, “criaram e conduziram uma ampla estrutura organizada abusando do poder político e econômico objetivando obter vantagens eleitorais frente aos demais candidatos concorrentes, vilipendiando a normalidade democrática e o equilíbrio do pleito de 2020”. Na Ação, o PSD livramentense reforçou ainda ter havido “Captação Ilícita de Sufrágio, envolvendo o emprego de recursos públicos (fonte vedada) e financeiros não contabilizados para alavancar e promover à reeleição para os cargos de prefeito e vice em disputa do município de Livramento de Nossa Senhora”.

De acordo com a denúncia, a Captação Ilícita de Sufrágios (Compra de Votos) teria sido efetivada mediante a distribuição de combustíveis, material de construção, cestas básicas, dinheiro



Prefeito José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede Sustentabilidade) e a vice-prefeita e pré-candidata à sucessão municipal Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), voltam a responder por supostos crimes de Abuso do Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágios (Compra de Votos) no pleito de 2020.

em espécie, serviços de abertura de poços artesianos e transporte de pessoas.

Na decisão, que inclusive considerou a manifestação do Ministério Público Eleitoral, o juiz da 101ª Zona Eleitoral de Livramento de Nossa Senhora, determinou a extinção da Ação em relação aos demais indiciados, além de sublinhar que as provas apontadas pela Comissão Provisória do PSD não conseguiram evidenciar, “de forma firme e inequívoca, a ocorrência da conduta ilícita”, ponderando que o prefeito e a vice-prefeita candidatos à reeleição (José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro e Joanina Batista Silva Moraes Sampaio), já haviam sido inocentados anteriormente em processo idêntico, deliberando pela extinção da Aije.

A decisão do Juiz Eleitoral da 101ª Zona Elei-

toral foi contestada pela Comissão Provisória do PSD livramentense e o Tribunal Superior Eleitoral entendeu que o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia deveria prosseguir com o exame da Ação. A deliberação foi prontamente e por unanimidade catada, considerando ainda o Parecer do Ministério Público Eleitoral, por meio do Procurador Fernando Túlio da Silva, anulando a sentença da 101ª Zona Eleitoral e retomando a Ação de Investigação Judicial Eleitoral para apurar a denúncia de prática de Abuso do Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágio (Compra de Votos) contra o prefeito José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede Sustentabilidade) e da vice-prefeita e pré-candidata à sucessão municipal Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB).

CRIME ELEITORAL

Para os advogados da Comissão Provisória do PSD livramentense, Mário Spínola Souto, Ícaro Rocha e Alexandre Abreu, foi acertada a decisão de retomada da Ação com a reabertura dos Autos, permitindo que sejam produzidas novas provas para que a sentença seja proclamada.

A expectativa, segundo os advogados do PSD, é que o Tribunal Regional Eleitoral reconsidere a decisão da Justiça Eleitoral da

101ª Zona Eleitoral, tendo em vista que não se tratam de irregularidades de pequena monta, mas de procedimentos que possuem gravidade suficiente para comprometer – como teriam comprometido - a higidez do Processo Eleitoral, não somente com a aplicação da sanção de multa, como também, com a cassação do registro das candidaturas e, por consequência do diploma e do mandato do prefeito e da vice-prefeita, além de imputar

aos mesmo a inelegibilidade por oito anos.

Mesmo que o Processo seja julgado após as eleições municipais do próximo mês de Outubro, em caso de o Tribunal Regional Eleitoral concluir pela culpabilidade e cassação do prefeito e da vice, se eventualmente Joana Batista Silva Morais Sampaio (PSB), pré-candidata à sucessão municipal, for eleita, a hipótese de cassação do mandato não está descartada.

◆ **OUTRO LADO**

A reportagem do JS não teve retorno do contato feito com a vice-prefeita Joana Batista Silva Morais Sampaio (PSB), através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp (+55 77 9963-**04), na qual foi oportunizado que pudesse, juntamente com o prefeito José Ricardo – Ricardinho – Assunção Ribeiro (Rede), comentar a decisão do Tribunal Regional Eleitoral que reformou sentença do Juízo Eleitoral de Livramento e retomou a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, na qual são denunciados por suposto Abuso do Poder Econômico e Captação Ilícita de Sufrágios (Compra de Votos).

**Proteja suas conquistas,
conte com a REALIZA**



**Assistências que atendem suas necessidades
24 horas sete dias por semana.**



Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01 – Centro
Sênior Clínica

(77) 9 9957-6500

Ministério Público entra com Ação para anulação de Contratos Temporários e realização de Concurso Público em Maetinga

FOTO: DIVULGAÇÃO



DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Estadual, através do Promotor de Justiça Samory Pereira Santos, ajuizou, no último dia 3, Ação Civil Pública contra o município de Maetinga, requerendo que a Administração Municipal seja obrigada a realizar Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado para preenchimento das vagas necessárias no quadro funcional da Prefeitura Municipal, atualmente ocupadas por servidores temporários. Na Ação, o Promotor de Justiça Samory Pereira Santos também requereu que sejam anulados todos os Contratos Temporários relativos ao desempenho de funções de caráter permanente, referentes a atividades finalísticas do município, em serviços considerados não essenciais. Na Ação, o Promotor de Justiça também pleiteou a proibição da admissão de (servidores) contratados temporários ou a designação de o provimento de cargos comissionados, sem que sejam observados os atender as exigências previstas na legislação vigente.

Na mesma Ação, o Promotor de Justiça Samory Pereira Santos pediu que o Judiciário determine o retorno dos servidores cedidos pela prefeitura Municipal a outros entes públicos e

órgãos que não sejam vinculados à estrutura do Poder Executivo Municipal, cujos cargos estejam sendo, atualmente, ocupados por servidores comissionados. A Administração Municipal também deverá, conforme requerido pelo Ministério Público, detalhar o local de lotação, previsão legal do cargo e descrição legal das atividades desempenhadas, número e data de vigência dos Contratos, assim como a indicação do Processo Seletivo Simplificado no qual o contratado obteve aprovação.

No Relatório requerido pelo Ministério Público deverá constar ainda a relação dos servidores municipais efetivos afastados, cedidos e em gozo de licença que por este motivos estejam sendo substituídos por servidores temporários, com a indicação dos cargos, locais de lotação e período de afastamento, além dos cargos vagos a serem preenchidos por servidores efetivos, "incluindo no cálculo os cargos atualmente ocupados por servidores temporários e comissionados de forma indevida, e a serem providos por servidores temporários, justificadamente, observando ainda a proporcionalidade do quantitativo de servidores efetivos em relação aos cargos comissionados e

temporários, em conformidade com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nesse sentido".

• Para propositura da Ação, o Promotor de Justiça Samory Pereira Santos considerou que a estrutura da Prefeitura Municipal de Maetinga conta majoritariamente com servidores temporários, inclusive os que desempenham atividades fim de caráter permanente [Prestação de Serviços Públicos Essenciais, como Educação, Saúde, Transporte, Segurança Pública, Limpeza Urbana, Iluminação Pública, Fiscalização de Obras, regulamentação de uso do solo, entre outras] outras ações] e por servidores comissionados, "ambos em desacordo com a Constituição Federal". "A situação é agravada pelo fato de o município não realizar Concurso Público há mais de 22 anos", destacou o Promotor, sublinhando que o Ministério Público tentou alcançar uma solução consensual para a situação, no curso de mais de dois anos de tramitação do Procedimento Administrativo, não tendo a Administração Municipal manifestado interesse, nem tampouco adotado qualquer providência para resolver as irregularidades constatadas.

OUTRO LADO

A reportagem do JS fez contato com a prefeita de Maetinga, Advogada Aline Costa Aguiar Silveira (PL), através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp (+55 77 98845-**12), para que oportunizar que pudesse comentar a decisão do Ministério Público que acionou a Justiça requerendo que a Administração Municipal seja obrigada a realizar Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado para preencher vagas no quadro funcional da Prefeitura, atualmente ocupadas por servidores temporários. E se poderia apontar as medidas que estaria ou pretende adotar para contestar ou cumprir a Recomendação ministerial ou se aguardará um pronunciamento da Justiça.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Advogada Aline Costa Aguiar Silveira (PL), prefeita de Maetinga.

IVAN MARTHINS
77 99993-1812

AGENDA Aberta

SÃO JOÃO 2024

M CAMISETAS
UNIFORME E PERSONALIZAÇÕES

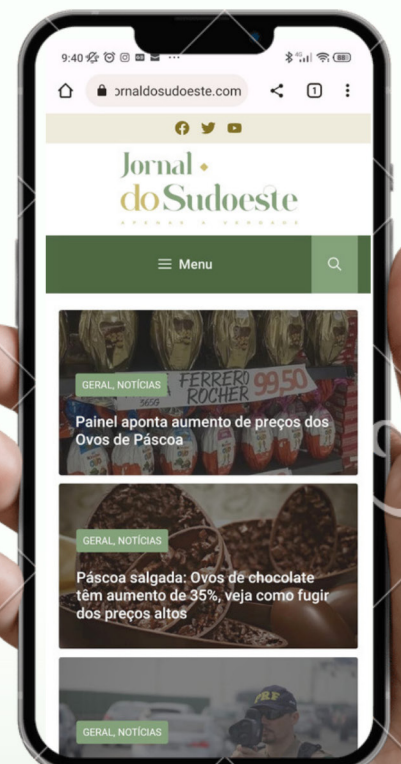
VOCÊ NO JS.

Envie sugestões de pautas, fotos, vídeos para nossa Redação

Escaneie o Código



77-998725389



Vereador denuncia farra de combustíveis na Prefeitura de Itororó

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O vereador Walter Batista Marques (UB) usou a tribuna da Câmara Municipal, durante a Sessão Ordinária do último dia 3 para fazer uma

grave denúncia sobre os gastos excessivos com combustíveis pela Prefeitura Municipal de Itororó. De acordo com o vereador, nos quarenta e um meses da gestão do prefei-

to Paulo Carneiro Rios (Progressistas), entre janeiro de 2021 e maio de 2024, já foram gastos mais de R\$ 16 milhões com combustíveis.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Na tribuna da Câmara Municipal, o vereador Walter Batista Marques (UB) denunciou o que chamou de "farra dos combustíveis" na gestão municipal.

Segundo o parlamentar, os gastos com combustíveis vêm aumentando ano a ano desde a posse do prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) em janeiro de 2021. No primeiro ano da gestão, apontou o vereador, foram gastos R\$ 2.708.034,46; em 2022, registrou-se um aumento superior a 49,9%, ou seja, foram gastos R\$ 4.060.242,80; no ano seguinte (2023), o aumento, em relação a 2022, foi pouco superior a 5,8% (R\$ 4.311.107,71); e, nos primeiros cinco meses de 2024, gastou-se mais de 24% em relação ao ano passado (R\$ 5.699.097,54).

Para o parlamentar, os excessivos gastos com combustíveis, quase R\$ 17 milhões em três anos e cinco meses, que exigem uma investigação, justificam a falta de recursos para terminar as obras inacabadas espalhadas pelo município. "Está claro os motivos pelos quais não há dinheiro em caixa para concluir obras inacabadas

e o que justificou que o prefeito não colocasse seu nome para disputar a reeleição", pontuou o vereador Walter Batista Marques (UB).

Para o vereador há indícios de que estes gastos possam estar relacionados aos movimentos políticos dos pré-candidatos governistas, o que também, na sua opinião, justificaria o fato do prefeito não ter respondido os ofícios que encaminhou requerendo explicações em relação às despesas com combustíveis, que reforçou, entre janeiro de 2021 e maio deste ano, subiram mais de 110,4%. O parlamentar enfatizou que a discrepância nos gastos sugere um indicativo de má gestão e possivelmente de irregularidades na administração dos recursos públicos.

O vereador continuou afirmando que, por não alimentar a possibilidade da Casa aprovar uma Comissão Especial de Inquérito para inves-

tigar esses gastos, embora pretenda protocolar na Mesa da Câmara Municipal um Requerimento para que o prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) possa explicar os expressivos valores gastos nestes três anos e cinco meses de gestão com combustíveis, que em sua opinião seria um indicativo de má gestão e possivelmente irregularidades na administração dos recursos públicos. Ressaltou, ainda, que sua expectativa é que as contas do prefeito não serão aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, o que obrigará um posicionamento futuro do Legislativo Municipal.

Por fim, o vereador Walter Batista Marques (UB), apontou que continuará pressionando por maior transparência e controle nos gastos públicos, enfatizando a importância de uma gestão eficiente e responsável dos recursos do erário municipal.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir o prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) para oportunizar que pudesse comentar e contraditar as declarações do vereador.

Tribunal de Contas dos Municípios determina que prefeito de Serra do Ramalho retire postagens autopromocionais das redes sociais

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A 2ª Câmara de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia determinou, no julgamento de denúncia protocolada na Corte, que o prefeito de Serra do Ramalho, Eli Carlos – Lica – dos Anjos Santos (PSDB), retire as publicações, que de forma irregular, compartilhou em suas redes sociais associando ações e programas do Governo Municipal à sua imagem para fins de promoção pessoal.

Em seu voto, acompanhado pelos demais membros da 2ª Câmara de Julgamento da Corte de Contas, o Conselheiro Paulo Fernando Rangel Lima, reforçou que o Artigo 37 da Constituição federal é claro ao expressar que, em observância ao Princípio da Publicidade, as publicações institucionais não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sob pena de violação do Princípio da Impessoalidade.

A Corte de Contas reforçou o entendimento de que a popularização das redes sociais como relevante canal de comunicação, exige a presença dos administradores públicos no mundo virtual, de maneira a se conectarem de forma ativa com a sociedade, criando assim um maior vínculo. No entanto, pontuaram os membros da 2ª Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, as normas constitucionais que regulamentaram a Publicidade e a Impessoalidade no âmbito da Administração Pública, foram sobretudo, fundamentadas para impedir eventuais confusões entre o Poder Público e a figura do gestor e garantir a transparência e a lisura na gestão dos recursos públicos.

Além da remoção das postagens já inseridas, a Corte de Contas determinou que o prefeito Eli Carlos – Lica – dos Anjos Santos, se abstenha de fazer novas divulgações que configurem pro-



FOTO: DIVULGAÇÃO/ASCOM PMSR

O Tribunal de Contas dos Municípios determinou que o prefeito Eli Carlos – Lica – dos Anjos Santos (PSDB) não publique mais e retire postagens em redes sociais que associem ações da Prefeitura Municipal que estejam associadas a seu nome.

moção pessoal nas publicidades institucionais do município.

O descumprimento da determinação do Tribunal de Contas dos Municípios poderá ser ca-

racterizado como Improbidade Administrativa, conforme prevê o Artigo 11 da Lei Federal nº 8.429/92.

O prefeito poderá recorrer da sentença.

◆ OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Eli Carlos – Lica – dos Anjos Santos (PSDB) para oportunizar que ele pudesse comentar e contraditar as alegações e decisão do tribunal de Contas dos Municípios e apontar que medidas pretende ou já teria adotado para cumprimento da sentença e se recorreu ou pretende recorrer da decisão do Colegiado de Contas.



Paulo César Régis de Souza

PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA É VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE SOCIAL – ANASPS.

O grande golpe no funcionalismo público

Entra governo, sai governo e o grande engodo é fingir que aumenta a remuneração do servidor público ativo e aposentado do Executivo.

Enquanto vemos aumento para o Judiciário, inclusive com o restabelecimento de quinquênios, como também para o Legislativo, implementando ainda 60% de reajuste nos gastos com passagens, já que atuam em Brasília e se deslocam para os seus respectivos estados, somente no poder Executivo a cada dia a remuneração mínima vai mais. O golpe com o funcionalismo do Executivo é criar uma série de penduricalhos, e ir enganando que é aumento de salário. E não é!

Aumenta o vale-alimentação, aí atinge somente o ativo, provavelmente entendem que somos servidores de terceira categoria por sermos aposentados, que não devemos comer, esquecendo-se os atuais servidores em atividade, que irão se aposentar e essa parcela não fará parte do seu provento. Bela artimanha governamental.

Criam gratificações por categoria, algumas com remunerações melhores, criam mecanismos para enganar a população, terceirizando os serviços que deveriam ser somente de concursados.

Estamos acompanhando diariamente a imprensa denunciando crimes através de utilização de senhas concedidas indevidamente a terceirizados, como exemplo: senhas para concessão de benefícios da previdência, senhas de acesso a dados dos aposentados. Uma vergonha. Enquanto isso, as filas só aumentam por absoluta falta de concursos e uma remuneração digna, bem como dignas condições de trabalho.

O servidor público da previdência/INSS, trabalhou em home office durante a pandemia utilizando seus próprios recursos, Wi-Fi, equipamentos, computadores e celulares, fazendo o trabalho em casa sem ressarcimento dos custos desse trabalho, e agora o governo quer a devolução dos valores do vale-transporte e da gratificação por insalubridade do mencionado período.

Pergunto: eles vão recompensar os servidores ativos e aposentados com aumento salarial digno, no mínimo a inflação do período? Ficamos os últimos sete anos sem aumento e agora nos apresentam migalhas, e assim mesmo somente para servidores ativos. Isso é imoral, inconstitucional, indecente e muito, muito injusto conosco, que somos a previdência social: trabalhamos num órgão que é a maior distribuidora de renda do país.

Como servidores previdenciário, concedemos milhares de benefícios. Mensalmente, atendemos a quase 39 milhões de aposentados e pensionistas. Há mais de 100 anos pagamos em dia a todos os beneficiários da Previdência. Vale lembrar que Previdência se aprende no balcão do INSS e não em bancos escolares.

Hoje a força de trabalho do INSS encontra-se reduzida a 11 mil servidores. Do último concurso, só foram aproveitados 1.250 até o momento. Registramos que o quadro do INSS era composto de 30 mil servidores, que com a falta de concurso e o grande número de aposentadorias foi drasticamente reduzido.

Afirmamos que a robotização e a terceirização não apresentam solução para a eliminação das filas, mas que o aumento do número de servidores e a valorização dos mesmos será uma grande conquista para a previdência e os previdenciários.

Só para lembrar, nós também votamos!

Não merecemos esse golpe!!!

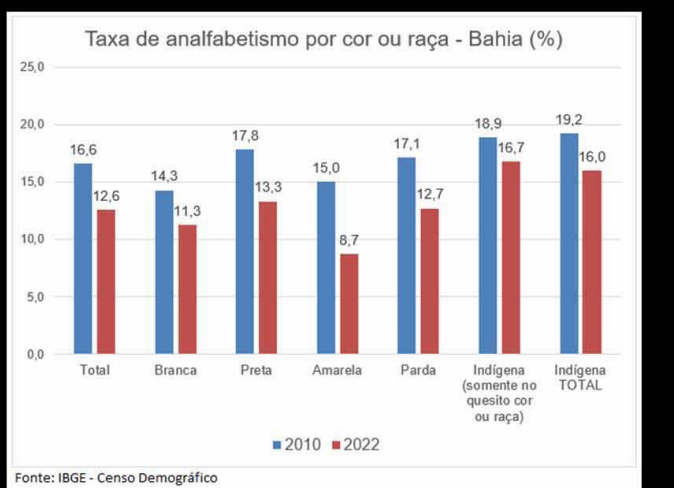
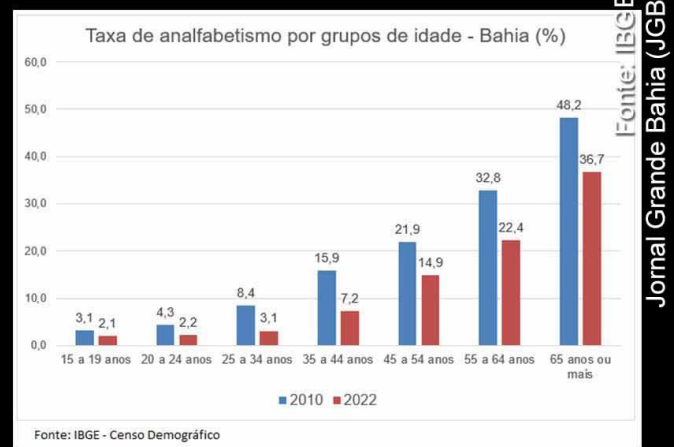
Bahia é o Estado com maior número de analfabetos do país, mostra Censo do IBGE

Governador isenta Estado de culpa pelos alarmantes índices de analfabetismo e diz que a responsabilidade pela Alfabetização é dos municípios.

FORTE: IBGE

Brasil e Unidade da Federação	2010		2022		Diferença na população não alfabetizada (pessoas)	Variação da população não alfabetizada (%)	Diferença na taxa de analfabetismo (em pontos percentuais)
	Pessoas de 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	Pessoas de 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
Brasil	13.933.173	9,6	11.403.801	7,0	-2.529.372	-18,2	-2,6
Alagoas	537.538	24,3	426.730	17,7	-110.808	-20,6	-6,7
Piauí	524.706	22,9	446.048	17,2	-78.658	-15,0	-5,7
Paraíba	616.581	21,9	502.449	16,0	-114.132	-18,5	-6,0
Maranhão	948.163	20,9	772.309	15,1	-175.854	-18,5	-5,8
Ceará	1.176.582	18,8	987.209	14,1	-189.373	-16,1	-4,7
Rio Grande do Norte	441.723	18,5	366.923	13,9	-74.800	-16,9	-4,7
Sergipe	278.221	18,4	240.415	13,8	-37.806	-13,6	-4,6
Pernambuco	1.177.654	18,0	960.959	13,4	-216.695	-18,4	-4,6
Bahia	1.729.297	16,6	1.420.947	12,6	-308.350	-17,8	-4,0
Acre	80.249	16,5	73.835	12,1	-6.414	-8,0	-4,4
Tocantins	129.093	13,1	105.140	9,1	-23.953	-18,6	-4,0
Pará	613.616	11,7	536.677	8,8	-76.939	-12,5	-3,0
Amazonas	229.337	9,9	198.976	6,9	-30.361	-13,2	-2,9
Roraima	31.152	10,3	31.196	6,9	44	0,1	-3,4
Amapá	37.696	8,4	34.642	6,5	-3.054	-8,1	-2,0
Rondônia	99.451	8,7	79.535	6,5	-19.916	-20,0	-2,3
Minas Gerais	1.264.896	8,3	985.006	5,9	-279.890	-22,1	-2,5
Mato Grosso	191.616	8,5	164.492	5,8	-27.124	-14,2	-2,7
Espírito Santo	219.762	8,1	173.848	5,6	-45.914	-20,9	-2,5
Goias	362.829	8,0	308.699	5,5	-54.130	-14,9	-2,5
Mato Grosso do Sul	141.141	7,7	115.864	5,4	-25.277	-17,9	-2,3
Paraná	506.096	6,3	398.334	4,3	-107.762	-21,3	-2,0
Rio de Janeiro	539.383	4,3	432.864	3,3	-106.519	-19,7	-1,0
São Paulo	1.402.548	4,3	1.133.421	3,1	-269.127	-19,2	-1,2
Rio Grande do Sul	383.277	4,5	278.815	3,1	-104.462	-27,3	-1,4
Distrito Federal	68.114	3,5	63.282	2,8	-4.832	-7,1	-0,7
Santa Catarina	202.452	4,1	165.186	2,7	-37.266	-18,4	-1,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Bahia registra queda de analfabetismo, mas permanece com maior número absoluto de não alfabetizados e a 9ª maior taxa do país.

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no último dia 20 de Maio, a Bahia é o Estado com maior taxa de analfabetismo do Brasil. Os dados apontam que 1,4 milhão de baianos não sabem ler e nem escrever, o que representa o maior contingente do país. Esta é uma preocupante realidade que demonstra a necessidade de investimentos na Educação – que não podem se resumir a construção de modernas e bem equipadas Unidades Educacionais, como os Colégios Estaduais de Tempo Integral já funcionando ou sendo construídos em todo o Estado – e de políticas públicas para combater a evasão escolar e o analfabetismo e garantir o direito à Educação

para todos os cidadãos.

Questionado por jornalistas logo após o anúncio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o governador Jerônimo Rodrigues – que além de Engenheiro Agrônomo e político, é Professor e ocupou, no Governo Rui Costa dos Santos (PT), a titularidade da Secretaria de Estado de Educação da Bahia, preferiu isentar o Estado de responsabilidade, reforçando que a Alfabetização é atribuição dos municípios. “No que diz respeito ao analfabetismo, eu quero dizer, novamente, como a gente sempre fala sobre a Saúde, quem alfabetiza são os municípios. É do município que começa a Creche, o Infantil, o Fundamental I, o Fundamental II. Então, a gente vai ficar de cá aguardando os

estudantes chegarem no Nível Médio”, pontuou Jerônimo Rodrigues, que fazendo uma analogia, comparou o analfabetismo a uma doença, “... Doença da ignorância, de não poder ler, não poder escrever, não poder criticar”.

O governador, no entanto, que o Estado “não vai de cá aguardando os estudantes chegarem ao Ensino Médio, eu tenho que ir lá atrás”, mas não adiantou que medidas pretende adotar para reduzir o preocupante número de analfabetos da Bahia, mas ponderou que o Governo do Estado, ao entregar aos municípios Vans Escolares – no dia 20 de maio foram entregues Vans Escolares para atender estudantes da zona rural de 54 municípios – contribui para melhorar a Educação na Bahia.

FOTO: MATEUS PEREIRA/GOVBA



Confrontado com os dados do Censo da Educação, que mostram que a Bahia lidera ranking de analfabetismo no país, governador Jerônimo Rodrigues se isentou e responsabilizou os municípios pelo resultado.

Jerônimo Rodrigues destacou os dados do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram que entre 2010 e 2022 a população não alfabetizada foi reduzida em 17,8% (cerca de 308.350 pessoas) e a taxa de analfabetismo recuar de 16,6% para 12,6%, não houve nenhum avanço no ranking nacional para esses indicadores, mantidos nas mesmas colocações de 12 anos atrás. O que reforça, portanto, que a Bahia, em comparação com outros Estados, teve pouca evolução na última década.

Em relação à afirmativa feita pelo governador, a reportagem do JS questionou prefeitos e prefeitas da região, se concordavam com o que disse Jerônimo Rodrigues (que “quem alfabetiza são os municípios”) e o que sugeriam deva ser feito pelo município e pelo Estado para reverter esse quadro.

A maioria dos gestores contatados não deu retorno. Alguns, sob reserva, argumentaram que não era o momento de “bater de frente” com o governador, sinalizando claramente o desconforto e a discordância com o discurso. Um dos prefeitos, também sob reserva, lamentou que o governador não tenha assumido sua parcela de responsabilidade no problema e que acredite que simplesmente construindo prédios suntuosos e distribuindo veículos está fazendo sua parte.

Um Diretor de uma Unidade Escolar Estadual da região, também solicitando que sua identidade fosse preservada para evitar eventuais retaliações, criticou a fala do governador e disse que o que tem faltado, além de investimentos na valorização, qualificação e melhoria das condições de trabalho dos profissionais da Educação, é diálogo. “O governador acredita

que construindo estruturas modernas, bonitas e, não podemos negar, funcionais e bem equipadas, resolve o problema da Educação. Não é essa a realidade”, pontuou. Disse, ainda, que um outro problema está se agravando, o da evasão escolar. A Escola de Tempo Integral é um projeto muito bonito, no papel. Na realidade, por não levar em conta, por exemplo, que muitos adolescentes são importantes para gerar renda para as famílias e acabam, pela obrigatoriedade de permanecer o dia todo na escola, preferindo abandonar os estudos.

Dois dos prefeitos contatados – Pedro – Pedrão – Dias da Silva (PSB), de Caculé, e Warley Oliveira de Souza (PSD), de Urandi - não se omitiram e responderam aos questionamentos e aproveitaram, para apontar os avanços que estão conseguindo com o trabalho que desenvolvem em suas gestões.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



WARLEY OLIVEIRA DE SOUZA (PSD), prefeito de Urandi

JORNAL DO SUDOESTE: Os culpados pelo elevado índice de analfabetos no Estado, como disse o governador, são os municípios?

WARLEY OLIVEIRA DE SOUZA: De fato. A responsabilidade pela Alfabetização é dos municípios.

JS: Polêmicas à parte, o que o senhor sugere deva ser feito municípios e pelo Governo do Estado para reverter esse quadro?

WARLEY OLIVEIRA DE SOUZA: Necessida-

de de implantação de novas Creches e Escolas de Educação Infantil. Além disso, tem a necessidade dos municípios investirem na Educação de Jovens e Adultos nas Séries Iniciais.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

WARLEY OLIVEIRA DE SOUZA: Nesse caso, o investimento para ajudar os municípios deve partir do Governo Federal, através de um Programa de Alfabetização específico.

FOTO: JOSIVAN VIEIRA - ASCOM/PMC



PEDRO – PEDRÃO – DIAS DA SILVA, prefeito de Caculé

re deva ser feito municípios e pelo Governo do Estado para reverter esse quadro?

PEDRO – PEDRÃO - DIAS DA SILVA: Em ter as ações já realizadas pelo município, destaca-se a ampliação da oferta da EJA para todas as Escolas da zona rural, o que permite que a Educação chegue a regiões rurais mais isoladas. Além disso, houve um aumento significativo no número de vagas disponíveis na sede do município, facilitando o acesso dos moradores da cidade à Educação Básica.

Caculé também investiu fortemente no transporte escolar, assegurando que os alunos de localidades rurais e urbanas mais afastadas possam se deslocar até as escolas. Esse esforço é complementado pelo deslocamento de Professores e Monitores para essas áreas remotas, garantindo que a qualidade do ensino seja mantida, independentemente da localização dos alunos.

Outro ponto crucial é o pagamento de incentivo financeiro desde o ano de 2023, para os alunos que se matriculam e permanecem na EJA durante todo o ano letivo. Essa medida tem se mostrado eficaz para incentivar a continuidade dos estudos, reduzindo a evasão escolar.

Além dos investimentos na EJA, o município investe em programas preventivos como Circuito 360ª, Renalfa [Rede Nacional de Articulação de gestão, Formação e Mobilização], Alfabetização de Alunos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, bem como na transformação da Modalidade Escola em Tempo Integral em uma realidade em todas as Escolas do Campo do município.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

PEDRO – PEDRÃO - DIAS DA SILVA: Apesar desses esforços municipais, é evidente que

ações adicionais por arte do Governo Estadual são necessárias para combater os altos índices de analfabetismo entre os baianos. O Governo Estadual poderia investir em:

1. Capacitação e Formação Continuada de Professores: Programas de Treinamento e Desenvolvimento Profissional para os educadores que atuam no EJA, garantindo que estejam preparados para lidar com as especificidades dessa modalidade de Ensino;

2. Recursos Didáticos e Tecnológicos: Fornecimento de materiais didáticos adequados e tecnologias educacionais que possam facilitar o processo de Ensino-Aprendizagem, especialmente em áreas rurais onde o acesso a recursos é mais limitado;

3. Campanhas de Conscientização: Iniciativas para sensibilizar a população sobre a importância da Alfabetização e da continuidade dos estudos, especialmente em comunidades com altos índices de analfabetismo;

4. Parcerias com Empresas e Ongs: Estabelecimento de parcerias com o Setor Privado e Organizações Não Governamentais para ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas de Alfabetização;

5. Infraestrutura Escolar: Melhoria das condições físicas das Escolas, garantindo ambientes adequados e seguros para o Ensino e a Aprendizagem;

6. Políticas de Inclusão: Desenvolvimento de políticas específicas para incluir populações vulneráveis, marginalizadas e pessoas com deficiências nos Programas de Alfabetização.

Com a implementação dessas ações, o Governo Estadual poderia complementar os esforços municipais, potencializando os resultados e contribuindo de forma mais efetiva para a redução do analfabetismo na Bahia.

JORNAL DO SUDOESTE: Os culpados pelo elevado índice de analfabetos no Estado, como disse o governador, são os municípios? Por quê?

PEDRO – PEDRÃO - DIAS DA SILVA: As dificuldades de Alfabetização do povo baiano são um desafio significativo e uma lacuna que urgentemente precisa ser preenchida. A cidade de Caculé, no entanto, tem se destacado pela implementação de diversas ações voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas iniciativas visam não apenas ampliar o acesso à Educação, mas também garantir a permanência dos alunos nas Escolas. A EJA tem como princípio fundamental corrigir o fato de jovens e adultos que não foram alfabetizados na idade ideal.

JS: Polêmicas à parte, o que o senhor sugere-

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA

Telefone: (77) 9 9998-7920



SABRINA GOMES CAMARGO

SABRINA GOMES CAMARGO PSICÓLOGA - PSICANALISTA MESTRE EM PSICANÁLISE - UNIVERSIDADE PARIS /FRANÇA -
DOUTORA EM TEORIA PSICANALÍTICA - UFRJ / RJ

A violência na escola: o drama do Bullying e a falência dos valores na sociedade atual

A palavra Bullying está presente cada vez mais na mídia, falada e impressa, para descrever um tipo de relação interpessoal marcada pelo poder, pela humilhação ao próximo caracterizada por agressões físicas e verbais (chantagens, piadinhas, assédios, discriminações) cujo objetivo maior é o de ridicularizar o outro.

No uso coloquial, Bullying provém do verbo inglês “To Bully” utilizado para descrever uma forma de assédio intencional e repetitiva na qual uma pessoa exerce seu poder sobre outra, geralmente considerada a mais fraca. O agressor procura, em seu meio, identificar aqueles que parecem fugir das características do padrão social imposto, os que possuem alguma deficiência física ou intelectual humilhando-os e expondo-os perante os demais colegas. Estes, costumam assistir as cenas de violência como se estas fossem normais e se omitem diante da gravidade da situação agindo como se nada estivesse acontecendo. São os espectadores. Neste contexto se estabelece o Bullying formado pelo agressor, pela vítima e pelos colegas que corroboram para que o círculo vicioso se mantenha.

A vítima, sentindo-se humilhada, começa a afastar-se cada vez mais do ambiente escolar e social, ausentando-se das aulas, apresentando baixo desempenho escolar, pouca socialização, insegurança, medo e por isso mesmo, pavor em falar o que quer que seja à escola ou à família. O agressor, temido pelos demais colegas, manipula-os, não suportando ser contrariado. Os colegas, ou seja, os espectadores, são os cúmplices, assistem aos atos de violência e não se manifestam por temor ao agressor que pode usá-los, mais tarde, como novos alvos.

Sabe-se que, apesar da vítima apresentar-se aí como a “esquisita” ante os colegas por fugir do padrão social imposto, o agressor também é uma pessoa insegura e que não consegue adequar-se ao meio social precisando impor, através da violência, a sua forma de relacionar-se.

Ressalta-se, no entanto, que o bullying não se estabelece somente entre colegas, nem mesmo no ambiente escolar, ocorre com frequência em ambientes de trabalho. Uma forma bastante comum de disseminar as agressões do Bullying é através do Cyberbullying, ou seja, o uso da internet para propagar ofensas e depreciações em redes sociais, comunidades, blogs ou sites.

O Bullying requer a reflexão de todos pois gera situações de violência que podem se estender por toda a sociedade. É preciso que todos aqueles envolvidos no processo educacional estejam atentos: família, alunos, professores e funcionários da escola.

A família muitas vezes responsabiliza a instituição de ensino, como se a educação fosse somente papel da escola, eximindo-se dos cuidados com os filhos. A escola, por sua vez, costuma atenuar os casos de agressão por medo dos prejuízos sociais e financeiros que possa sofrer.

Nunca é tarde para dizer que educação se inicia no ambiente doméstico e da importância de estabelecer limites às crianças e jovens. A escola, através do sistema pedagógico, unirá os conhecimentos técnicos com aquilo que o aluno já trouxe e aprendeu em casa. Quem está inserido neste processo educacional precisa criar planos de ação cuja base sejam os valores, o respeito, a ética, o companheirismo e a cidadania. É a decadência destes valores que cria a prática do Bullying e só a sua retomada é que pode permitir que isto se extinga das escolas e forme cidadãos.

Combatendo o Bullying nas Escolas: Diretores e Coordenadores Pedagógicos entendem e estão preparados para tratar o problema no ambiente escolar ?

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Bullying nas Escolas é um tema que merece atenção especial pela gravidade e complexidade do problema, que recorrentemente tem ganhado as manchetes em razão não das consequências psicológicas e patológicas para as vítimas, mas para a violência que essa prática esconde, que não raramente resulta em crimes contra a vida (assassinatos, chacinas, suicídios).

Mas será se as Escolas e, especificamente, os Diretores e/ou Coordenadores Pedagógicos entendem e tratam o Bullying como um problema sério em suas Instituições de Ensino? Eles reconhecem que o Bullying pode ter graves consequências para a Saúde Mental e o Bem-Estar dos estudantes, além de interferir no Processo de Aprendizagem e no clima escolar?

Para lidar com o Bullying, segundo Especialistas, os gestores escolares devem adotar uma abordagem proativa, implementando políticas e programas de prevenção e intervenção. Em síntese, reforçam os Especialistas, eles devem promover a conscientização sobre o tema entre alunos, Professores e funcionários, além de oferecer suporte emocional e acompanhamento aos estudantes envolvidos em situações de Bullying.

Além disso, os gestores escolares precisam

de suporte para trabalhar em colaboração com os pais e responsáveis dos alunos, criando um ambiente de diálogo e parceria para identificar e resolver eventuais casos de Bullying. E devem, embora esta seja uma medida que precise de aval dos seus superiores, também implementar mecanismos de denúncia e investigação rigorosos, garantindo que as consequências para os agressores sejam aplicadas de forma justa e eficaz.

Em resumo, os gestores escolares devem entender o Bullying como uma questão complexa e preocupante, e se dedicarem a combater esse problema de forma ativa, promovendo um ambiente educacional seguro, saudável e inclusivo para todos os estudantes.

Resta evidente, portanto, que o Bullying é uma questão complexa e multifacetada que exige uma abordagem holística e colaborativa. E que exige que os educadores e, principalmente os gestores escolares (Diretores e Coordenadores Pedagógicos) estejam atentos aos sinais de Bullying e saibam como intervir de maneira eficaz, promovendo a resolução pacífica de conflitos e o senso de responsabilidade e respeito entre os estudantes. Além disso, é importante que envolvam os pais e a comunidade na prevenção e combate ao Bullying, promovendo uma cultura de valores positivos

e de respeito mútuo dentro e fora da Escola.

Mas, e na prática, como essa questão tem sido abordada e administrada? Para saber como entendem e tratam a questão do Bullying nas Unidades Escolares que gerenciam, o JS questionou a Diretores e Coordenadores Pedagógicos de Unidades das Redes Pública e Privada de Ensino da região. A maioria dos que foram abordados, apresentando diferentes razões, preferiram não se posicionar, sinalizando ou permitindo avaliar que, ainda que conheçam, não têm adotado medidas eficazes ou não têm autonomia funcional não só para assumir o papel estratégico da ação de intervenção interdisciplinar no ambiente que é, para dizer o essencial, de construção da cidadania, que pressupõe direitos e deveres.

Felizmente, até incentivado por seus superiores, alguns dos Diretores e/ou Coordenadores de Unidades da Rede Pública, não se omitiram e responderam aos questionamentos feitos, demonstrando que estão empenhados em fazer com que a Escola que dirigem ou coordenam cumpra seu papel fundamental de estimular o desenvolvimento dos alunos não apenas na Aprendizagem, mas na formação humana e instigando a construção de cidadãos capazes de conviver em sociedade.

Confira as entrevistas:

REGIANE DIAS CARDOSO

Mestra em Educação, Coordenadora Pedagógica da Escola Noturna Municipal da Rede Pública Municipal de Caculé

JORNAL DO SUDOESTE: A senhora diria que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

REGIANE DIAS CARDOSO: Não. Acredito que a maioria das Instituições de Ensino não estão preparadas para lidar com a problemática do Bullying, que, a cada ano se torna mais frequente e muitas vezes graves.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola em que a senhora é Coordenadora Pedagógica?

REGIANE DIAS CARDOSO: Sim. A Instituição a qual estou representando, felizmente não tem casos graves como temos observado na mídia, situações que levaram alunos, inclusive à morte, mas, presenciamos um cenário cada vez mais preocupante que precisa de um olhar mais atento e preventivo.

JS: Qual a percepção da senhora sobre a incidência de Bullying na Escola que dirige?

REGIANE DIAS CARDOSO: As ocorrências não são corriqueiras, mas, as que observamos

são desagradáveis e ferem drasticamente a vítima. Situações que não deveriam acontecer, pois o ambiente escolar deve ser acolhedor e primar pelo respeito e igualdade de todos os alunos.

JS: Quais medidas a Escola em que a senhora é Coordenadora Pedagógica tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

REGIANE DIAS CARDOSO: Inicialmente optamos pelas conversas, no sentido de levar o agressor (a) a refletir sobre seu ato. Uma atitude muito plausível, que o leva a se colocar no lugar do outro. Trabalhos didáticos direcionados a prevenção também são realizados, já houveram também palestras sobre a temática, mas acredito que essas ações precisam ser intensificadas.

JS: Na opinião da senhora, a abordagem e questões relacionadas à diversidade e inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre



os estudantes?

REGIANE DIAS CARDOSO: Sim. São temáticas fundamentais no dia a dia da sala de aula, trabalhamos com alunos com diferentes perfis, em que todos precisam ser respeitados. Essa conscientização precisa ser intensificada no sentido de levar os alunos a perceberem que são diferentes e que convivem também com pessoas diferentes.

JS: Como a Escola que na qual a senhora é Coordenadora Pedagógica aborda essas ques

tões relacionadas à diversidade e inclusão?

REGIANE DIAS CARDOSO: Fazemos um trabalho coletivo, alguns Professores se dedicam mais, outros pensam que não surtirá efeito. Entretanto, vejo que essa problemática continua, principalmente no início do ano letivo, quando temos alunos novos. Eles sempre encontram alguma característica para nomear os colegas, são palavras pesadas que magoam muito. Precisamos nos unir, pensar em alternativas eficazes e eficientes que acabem com o Bullying definitivamente.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

REGIANE DIAS CARDOSO: Como mencionado anteriormente, conversas direcionadas no momento da agressão, momentos reflexivos para que cada um se coloque no lugar da vítima. Mas, ainda vejo essas ações como poucas, é importante ampliar as discussões para que haja a prevenção significativa. Quando falamos do Bullying na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, percebemos uma situação ainda mais preocupante, visto que, muitos dos alunos dessa modalidade de Ensino se sentem envergonhados por conta da idade. Então, quando um aluno mais jovem traz alguma questão ofensiva, a maioria deles pensam em desistir. É aí que encontramos mais um desafio, pois a evasão já se constitui como uma problemática característica da EJA. Assim, com a presença do Bullying nas salas de aula, essa situação fica ainda mais desafiadora.

JS: Quais são, na opinião da senhora, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

REGIANE DIAS CARDOSO: O mais difícil é levar o aluno a entender que tal postura é ofensiva, sobretudo, porque muitos levam

como brincadeira, acham que estão apenas brincando com o colega, dizem que os colegas gostam de serem tratados de determinada maneira. A vítima por sua vez, revida, dizendo também que está brincando. Precisamos desmistificar os conceitos de brincadeira e Bullying nas nossas salas de aula, mostrando que as posturas são ofensivas e que, todos devem ser tratados com respeito, para que se sintam pertencentes aquele ambiente educativo.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola onde a senhora responde pela Coordenação Pedagógica?

REGIANE DIAS CARDOSO: Em algumas situações.

JS: Para a senhora é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

REGIANE DIAS CARDOSO: Sim. A família exerce um papel importantíssimo na Educação dos filhos. Quando temos esse apoio, percebemos que muitos conflitos são resolvidos **com mais precisão. Ao relatar os casos para as famílias e de imediato, já termos o retorno, conseguimos acelerar o processo de resolução de cada situação.**

JS: Quais são os sinais que os Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

REGIANE DIAS CARDOSO: Cada professor ou funcionário no dia a dia da Escola, quando tratamos de Escolas menores, já conhecem um pouquinho dos alunos. Percebendo a mudança de comportamento, seja muito quieto, agressivo, filando as aulas com frequência, já devem acionar os responsáveis. **Averiguar a situação, conversar com outros Professores para perceber se estes também têm a mesma opinião, e, juntos, buscar me-**

didias cabíveis para amenizar a dor daquele aluno.

JS: A senhora repassa essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

REGIANE DIAS CARDOSO: Sim.

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

REGIANE DIAS CARDOSO: Como trabalhamos em uma Escola pequena, qualquer caso que surge, de imediato já é comunicado a Coordenação e Direção da Escola. E, a partir da situação, começamos o atendimento a vítima, dando o suporte necessário para que o aluno se integre a turma. Conversamos individualmente com o agressor ou agressores e, buscamos ajuda quando é necessária.

JS: A senhora poderia detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

REGIANE DIAS CARDOSO: O diálogo tem surtido muito efeito, como trabalhamos com pessoas jovens, adultas e idosas, a ocorrência acontece mais com os jovens. Então, adotamos medidas de conversas, no sentido de orientá-los quanto aos desdobramentos do bullying.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

REGIANE DIAS CARDOSO: Agradeço a oportunidade de falar um pouquinho sobre uma temática tão importante e necessária na conjuntura atual, visto que, temos no Brasil e no mundo relatos de agressões gravíssimas referentes ao Bullying. Penso que o melhor caminho é sempre a prevenção, mais debates e discussões acerca do tema, mostrando que a vítima também pode ser agressor (a), corroborando para outros incidentes do Bullying.

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA

Diretor do Centro Educacional Rui Barbosa, Unidade da Rede Pública Municipal de Ensino de Malhada de Pedras

JORNAL DO SUDOESTE: O senhor diria que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - A preparação das Escolas para lidar com o Bullying varia amplamente e depende de diversos fatores, mas a conscientização acredito ser o mais relevante, pois todos na Escola precisam compreender a gravidade do Bullying e seu impacto na vida dos alunos. Uma vez que, um ambiente escolar que promova o respeito, a empatia e a inclusão é menos propenso a permitir que o Bullying ocorra.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que o senhor dirige?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Creio que sim, porém ainda não estamos da maneira que deveríamos, mas estamos trabalhando para que isso ocorra. É importante lembrar que, as transformações advindas das relações sociais têm se diversificado muito e por conta disso, possa ser que necessite de algumas atitudes

emergências em alguns casos.

JS: Qual a percepção do senhor sobre a incidência de Bullying na Escola que dirige?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - É triste dizer, mas, os alunos sabem que o Bullying é crime e por mais que participem de palestras e dos trabalhos de conscientização realizados pelos Professores dentro da sala de aula, eles ainda praticam de maneira esporádica.

JS: Quais medidas a Escola que o senhor dirige tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Todo ano a Escola organiza Projeto que trabalha o Combate ao Bullying e a Violência na Escola como: a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, leituras, filmes que abordem esta temática com o intuito de amenizar as ocorrências e conscientizar os alunos de maneira que não promovam nem permitam que outros colegas o façam. Este ano convidamos o Palestrante Ygor



Gonçalves e o Conselho Tutelar para palestrar e podemos dizer que foi algo que impactou bastante os alunos.

JS: Na opinião do senhor, a abordagem e questões relacionadas à diversidade e inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Sem dú-

BULLYING NAS ESCOLAS

vidas! As questões relacionadas à diversidade e inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes. Pois, o respeito pelas diferenças ajuda a criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, reduzindo a intolerância e os preconceitos que frequentemente levam ao Bullying.

JS: Como a Escola que o senhor dirige aborda essas questões relacionadas à diversidade e inclusão?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Geralmente procuramos adequar as Propostas Pedagógicas de maneira que estes dois pilares (a Diversidade e a Inclusão) sejam trabalhados de maneira inseparável e contínua dentro do ambiente escolar, principalmente com um Currículo Escolar que integre temas de Diversidade e Inclusão como: Cultura, Gênero, Raça e Habilidades Especiais, entre outros. Também esse ano foi realizado um minicurso sobre a Pedagogia Decolonial para os Professores da Escola com o objetivo de trazer reflexões e inspirações de Práticas Pedagógicas que minimize as questões étnicas raciais. Também há uma Psicopedagoga, além da Coordenadora que oferecem um Suporte Pedagógico para os Professores poderem trabalhar com os alunos com deficiência para que seja feito um trabalho inclusivo para todos.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Como falei anteriormente, são realizados trabalhos diversos (palestras, rodas de conversas dentro das salas de aula, produção de vídeos feitos pelos alunos, leituras de textos direcionados para esta abordagem) para que ocorra esta cons-

cientização entre todos da comunidade escolar e não só entre os alunos. Pois todos da Escola devem ter esta conscientização.

JS: Quais são, na opinião do senhor, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Devido as transformações sociais, advindas do mundo midiático (digital) e das questões estruturais das famílias acabam por dificultar a luta contra o Bullying. Penso que se houvesse uma maior ajuda da família para conscientizar os filhos este tema seria menos comum no espaço escolar, embora muitos pais procurem ajudar, ainda é pouco seu efeito para amenizar este problema. Outro desafio é as vezes o silêncio dos alunos que sofrem o Bullying e não informa para direção escolar, o que afeta nas tomadas de decisões.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que o senhor dirige?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Acredito que sim.

JS: Para o senhor é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Sim! Como disse anteriormente, não tenho dúvidas quanto a relevância da família neste sentido.

JS: Quais são os sinais que os Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Os sinais podem variar de acordo com a idade, personalidade e contexto de vida do aluno, mas aqui posso listar alguns sinais comuns que os

Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos: mudanças no comportamento, expressões de medo ou ansiedade, exclusão social, comentários sugestivos ou estranhos ou até postagens nas redes sociais que chamem atenção ou causem estranheza. Acredito que tenha outros, mas aqui me lembrei desses.

JS: O senhor repassa essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Acredito que sim, mesmo que de forma indireta

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Geralmente convidamos os envolvidos para uma conversa/retratação e a depender do caso informamos aos pais ou responsáveis. Se for algo mais complexo a Escola procura outras Instituições Municipais para ajudar no apoio assistencial e/ou psicológico do aluno.

JS: O senhor poderia detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Penso que as palestras são bem positivas neste sentido.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA - Creio que a comunicação aberta pode ajudar a prevenir e a lidar melhor com os casos de Bullying na Escola. Também estou pensando em criar um Regimento Interno para delinear normas de condutas para definir as consequências para este tipo de violência na Escola.

ALEXSANDRO VIEIRA VENTURA

Licenciatura em Física; Coordenador Pedagógico do Colégio Municipal Ana Teixeira - CMAT – Unidade da Rede Pública Municipal de Ensino de Caculé.

JORNAL DO SUDOESTE: O senhor diria que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

JANRD CARDOSO SILVA - Não. Apesar das ações já existentes em trabalho de conscientização e prevenção de atos de Bullying, a sociedade ainda não assume total responsabilidade e ameniza tais atos, naturalizando as ações indevidas, tanto a família quanto os profissionais da Escola, mesmo que seja parcialmente, isso dificulta o combate ao Bullying e retarda os bons resultados. Requerendo um trabalho com ações mais objetivas e o ato de dar mais importância tanto pelos órgãos que fomentam as ações quanto pela sociedade em geral.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola na qual o senhor é o Coordenador Pedagógico?

JANRD CARDOSO SILVA - Diria que em partes, pois, apesar da nossa Escola dar a devida importância aos atos de Bullying e buscarmos medidas preventivas, de conscientização e trabalho de correção quando os atos acontecem, sabemos de integrantes no âmbito escolar que não contribuem positivamente para as ações desempenhadas da Escola, reflexo do

que é a nossa sociedade, retardando os efeitos esperados através das medidas tomadas.

JS: Qual a percepção do senhor sobre a incidência de Bullying na Escola que dirige?

JANRD CARDOSO SILVA - O perfil da nossa comunidade escolar contribui para altos índices de Bullying na Escola, sendo muitas vezes pela falta de estrutura familiar como contribuinte e também, famílias que contribuem com papel negativo para os atos de Bullying.

JS: Quais medidas a Escola, onde o senhor atua como Coordenador Pedagógico, tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

JANRD CARDOSO SILVA - A Direção, Coordenação, juntamente com o Corpo Docente adota ações preventivas e de conscientização sobre os riscos do Bullying desde o início do ano letivo, através das aulas e trabalhos pedagógicos com diversos recursos didáticos e tem medidas corretivas com acompanhamento psicológico quando o trabalho de prevenção não surte efeito. Cabe ressaltar, que as ações são desempenhadas ao longo do ano, não apenas em um dado instante.



JS: Na opinião do senhor, a abordagem e questões relacionadas à diversidade e inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes?

JANRD CARDOSO SILVA - Com certeza, pois, a partir do momento que você insere todos no âmbito escolar de forma que todos te-

nham voz, a diversidade passa a ser respeitada e a convivência entre as diferenças torna-se uma tarefa fácil e posteriormente toda e qualquer ação de desprezo ou incômodo com o outro pelo simples fato de ser quem é vai se tornando um processo natural, assim como já deveria ser sem nenhuma intervenção.

JS: Como a Escola na qual o senhor é Coordenador Pedagógico aborda essas questões relacionadas à diversidade e inclusão?

JANRD CARDOSO SILVA - A busca de toda e qualquer pauta relacionada ao respeito às diferenças, inclusão ou atitudes não condizentes com o viver em sociedade é tratada de forma natural e durante o cotidiano, sem ações direcionadas apenas para um dado momento. Porém, temos para além da abordagem nas aulas do dia-a-dia, todo e qualquer Projeto desenvolvido na Escola tem uma visão direcionada para ações de inclusão, respeito e formação cidadã de forma responsável.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

JANRD CARDOSO SILVA - A forma predominante de trabalhar a conscientização e a valorização do respeito às diferenças dá-se durante as aulas ou nas dependências da Escola com a valorização do nosso próprio público com os diversos alunos PCDs [Pessoas com Deficiência] que temos e que necessitam de uma atenção redobrada e ensinam com o jeito peculiar de cada um a convivência harmônica entre as diferenças, levando para além dos muros da Escola.

JS: Quais são, na opinião do senhor, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

JANRD CARDOSO SILVA - A continuidade

das ações desenvolvidas fora do âmbito escolar, a Educação deveria ocorrer de forma integral, não somente nas Escolas, também no ambiente familiar ou em qualquer outro espaço, a abordagem respeitosa deveria ser uma prática e não necessitar haver cobrança para que ocorra a aplicação de respeito como um direito.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que onde senhor é Coordenador Pedagógico?

JANRD CARDOSO SILVA - Sim, como já disse anteriormente, o nosso público contribui para que a incidência de atitudes não respeitadas aumente no ambiente em que vivem fora da Escola.

JS: Para o senhor é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

JANRD CARDOSO SILVA - Sim, sem sombra de dúvidas que se houver uma parceria entre Escola, Família e Comunidade as ações de Bullying seriam diminuídas e seus efeitos desastrosos diminuiriam.

JS: Quais são os sinais que os Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

JANRD CARDOSO SILVA - Os mais detectáveis no ambiente escolar, são: irritabilidade, queda de rendimento escolar, tristeza, faltas frequentes, pouca ou nenhuma vontade de ir para a Escola, medo de ir para a Escola, Automutilação e Isolamento Social, dentre outros.

JS: O senhor repassa essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

JANRD CARDOSO SILVA - Além dos momentos formativos sempre buscamos manter

uma relação próxima e de troca de informações e abordagens sobre o Bullying e outras temáticas relevantes entre a equipe gestora, pedagógica e docente.

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

JANRD CARDOSO SILVA - Sempre buscamos o diálogo e o acolhimento, tanto para o executor quanto para o sofrido do Bullying e a partir de uma primeira conversa observamos mais atentamente a conduta de ambos por um período. Em casos não resolvidos pela primeira abordagem oferecemos atendimento psicológico coletivo ou individual para os alunos, estendendo para a família em casos mais acentuados.

JS: O senhor poderia detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

JANRD CARDOSO SILVA - Apesar de nem sempre surtir o efeito que se espera, vejo o acolhimento através do diálogo e a escuta como principal atenuante das ações. Mas, o foco deve ser preventivo, que também passa pelo diálogo e ações promotoras de não à prática do Bullying.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

JANRD CARDOSO SILVA - Agradecer a oportunidade em responder aos questionamentos e por trazer para o debate uma temática cada vez mais latente e perigosa se não dada a devida importância, gerando danos muitas vezes irreversíveis. Como também, expressar que apenas enfrentando o problema que conseguiremos vencê-lo, mesmo que seja como um trabalho de formiguinha colheremos frutos de uma sociedade consciente e harmônica com todas as suas diferenças.

MÁRCIO LEITÃO

Graduado em Filosofia, História e Teologia e Mestre em Teologia Sistemática, Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Vespasiano Filho – Unidade da Rede Pública Municipal de Caculé

JS: O senhor diria que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

MÁRCIO LEITÃO - Não totalmente, teoricamente todos os Professores estão bem esclarecidos com relação à realidade do Bullying nas Escolas, como “enfrentá-lo” esse sim é um desafio diário e constante.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola na qual o senhor é Coordenador Pedagógico?

MÁRCIO LEITÃO - Em nossa Escola temos tido alguns casos de Bullying. Quando chega até a Coordenação/Direção, imediatamente ouvimos o(s) envolvido(s) e procuramos ter uma atitude de acolhimento e empatia ao que sofreu o Bullying e ao(s) que o praticaram, nos preocupamos em apresentar os prejuízos de quem o sofreu.

JS: Qual a percepção do senhor sobre a incidência de Bullying na Escola onde atua como Coordenador Pedagógico?

MÁRCIO LEITÃO - Toda situação de cons-

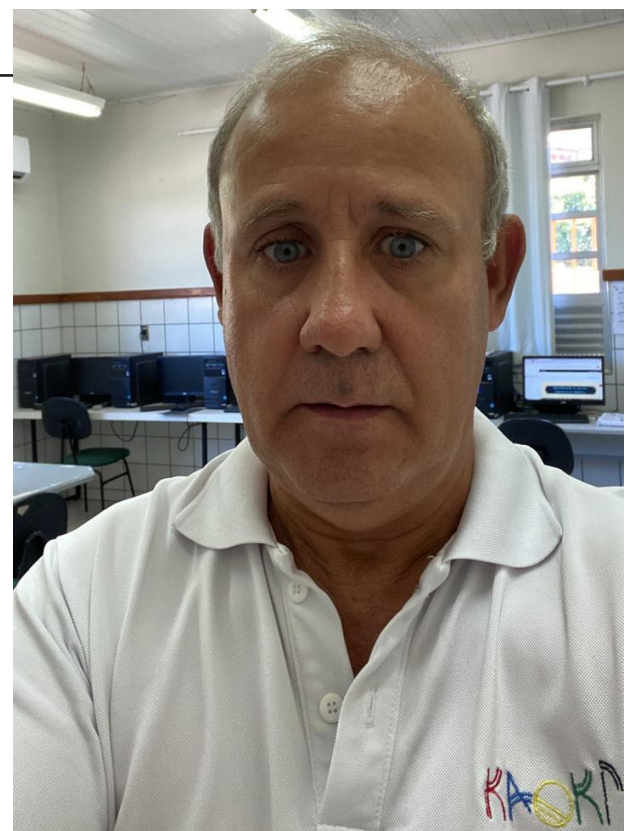
trangimento, principalmente relacionada a Bullying, deve ser uma preocupação constante; quanto à incidência, os mais constantes, são os xingamentos ofensivos e preconceituosos.

JS: Quais medidas a Escola na qual o senhor atua como Coordenador Pedagógico tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

MÁRCIO LEITÃO - Em primeiro lugar, nas Reuniões Pedagógicas com os Professores e Professoras, estudamos e aprofundamos sobre a realidade do Bullying nas Escolas e na vida social. E surgindo situações de Bullying em salas de aula, o Professor dará atenção imediata à situação e, se for o caso, encaminhar-se-á à Coordenação e aos pais e responsáveis envolvidos.

JS: Na opinião do senhor, a abordagem e questões relacionadas à Diversidade e Inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes?

MÁRCIO LEITÃO - As questões de Inclusão,



Diversidade, Intolerância Religiosa e de Gênero vivenciadas na Escola são conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, famílias, por fim, com todo Corpo Educacional, para que assim saibam como poderão acompanhar nessas situações, no prevenir e combater o

BULLYING NAS ESCOLAS

Bullying.

JS: Como a Escola onde o senhor atua como Coordenador Pedagógico aborda essas questões relacionadas à Diversidade e Inclusão?

MÁRCIO LEITÃO - Essas questões são trabalhadas de forma interdisciplinar, todos os Professores (as) em suas Disciplinas podem e devem trabalhar com os estudantes.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos estudantes sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

MÁRCIO LEITÃO - A nossa Escola funciona com Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º), os Professores realizam Projetos para a conscientização desde o início da Aprendizagem, por formações específicas, de maneira Transdisciplinar, Lúdica e Informativa.

JS: Quais são, na opinião do senhor, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

MÁRCIO LEITÃO - O maior de todos os desafios, segundo minha compreensão, é aquilo que os estudantes "herdaram" de seus familiares, intolerância religiosa e de gênero, racismo e preconceito estruturais. Quando argumentam que "é só brincadeira", "em casa é assim", "nada a ver".

GILENE DA SILVA NASCIMENTO

Graduada em Licenciatura em Letras Português / Inglês;

SELMA MARIA DOS SANTOS

Graduada em Geografia, respectivamente Diretora e Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Antônio Xavier de Oliveira, da Comunidade rural de Água Branca, Unidade da Rede Pública Municipal de Caculé

JS: As senhoras diriam que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Não, ainda há muito que se fazer para enfrentar esse problema.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola em que as senhoras são Diretora e Coordenadora pedagógica?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Não, os casos de Bullying na minha Escola têm sido resolvidos com diálogo e trabalho de conscientização, mas algumas vezes a mídia noticia casos que chegam ao extremo Brasil a fora.

JS: Qual a percepção das senhoras sobre a incidência de Bullying na Escola em que as senhoras são Diretora e Coordenadora Pedagógica?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - O combate ao Bullying precisa ser diário, porém a fase de adolescência é delicada, eles passam por situações que levam a sofrer por coisas que em outros momentos da vida seria insignificante, mas que neste momento é entendido como Bullying.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que o senhor dirige?

MÁRCIO LEITÃO - Sim, nesta Escola e nas demais Escolas em que trabalhei, aqui em Caculé, como em São Paulo (SP) temos encontrado situações intolerância, racismo e preconceito estruturais.

JS: Para o senhor é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

MÁRCIO LEITÃO - A família é essencial para o combate do Bullying não só na Escola, mas também em qualquer esfera de relacionamento social.

JS: Quais são os sinais que os Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

MÁRCIO LEITÃO - Mudanças de comportamento, humor, agressividade e ausências nas salas de aula e na Escola dos estudantes, e tudo aquilo que foge da normalidade.

JS: O senhor repassa essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

MÁRCIO LEITÃO - Sim, em vários momentos, grupos de Whatsapp, Atividades Complementares (Individual e Coletiva) e conversas

formais e informais.

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

MÁRCIO LEITÃO - Além do atendimento/acompanhamento individual com o estudante na Escola, temos ainda no município, Atendimento Psicológico a oferecer.

JS: O senhor poderia detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

MÁRCIO LEITÃO –
1. Informação/Formação através de produção de cartazes pelos estudantes acompanhados pelos Professores;
2. Formação específica em nos níveis (Professores, alunos e família) com profissionais especialistas.

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

MÁRCIO LEITÃO - Todo tipo intolerância, preconceito e racismo vivenciado na Escola deverão ser combatidos. As redes sociais tanto podem ser utilizadas para combater às intolerâncias, mas podem também ser elas disseminadoras da intolerância e da indiferença e falta de empatia com o outro.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



GILENE DA SILVA NASCIMENTO



SELMA MARIA DOS SANTOS

JS: Quais medidas a Escola que na qual as senhoras são Diretora e Coordenadora Pedagógica tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Trabalho de conscientização dos estudantes através do diálogo e projetos direcionados ao assunto.

JS: Na opinião das senhoras, a abordagem e questões relacionadas à Diversidade e Inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Sim

JS: Como a Escola que na qual as senhoras são Diretora e Coordenadora Pedagógica aborda essas questões relacionadas à diversidade e inclusão?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Trabalhos com projetos, atividades planejadas e realizadas em sala de aula com o objetivo de trabalhar a inclusão, palestras e o diálogo frequente com os estudantes.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Com projetos, atividades em sala de aula e parceria com outras enti

dades etc.

JS: Quais são, na opinião das senhoras, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Adolescente inseguros, com crise de ansiedade.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que as senhoras dirigem?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Neste momento não.

JS: Para as senhoras é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Sim

JS: Quais são os sinais que os Professo-

res e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Comportamento dos estudantes, como tristeza, insegurança, falta de estímulo e de interesse pelos estudos.

JS: As senhoras repassam essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Sim. Deve sempre observar essas situações.

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Em primeira mão apoio a vítima, quando necessário conversa com os pais, e apoio psicológico. Conver-

sa direta com a (s) pessoa (s) que praticou o Bullying.

JS: As senhoras poderiam detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Além dos trabalhos realizados em sala de aula e dos projetos é importante estar próximo aos estudantes, sempre conversando com eles, acompanhar no recreio ou em momentos de descontração, ter cuidado com o tempo ocioso do aluno.

JS: As senhoras gostariam de acrescentar alguma coisa?

GILENE DA SILVA NASCIMENTO/SELMA MARIA DOS SANTOS - Abordar sempre os estudantes e demonstrar interesse em saber se está bem, como está se sentindo na Escola, como está indo as amizades é uma forma de aproximar e apoiar em caso de Bullying.

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA

Graduada em Letras Vernáculas, Pós-Graduada em Gestão Escolar e Literatura Brasileira, Diretora da Escola Municipal de Tempo Integral Êlcio José Trigueiro, Unidade da Rede Municipal de Ensino de Brumado

JS: A senhora diria que a Escola – como Instituição – está preparada para lidar com o Bullying?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - A Escola é uma Instituição com grande concentração de pessoas, saberes, culturas e histórias. É o celeiro de convivências, das diferenças. Lidar com o Bullying – prática que inclui violência física, moral, psicológica, que causa constrangimento, dor, e, por vezes, até consequências ainda mais graves à vítima – é um desafio constantemente enfrentado pela comunidade escolar. Apesar dos esforços incansáveis por parte dos educadores, a Escola ainda não está, em sua totalidade, preparada para lidar com as diversas situações referentes a essa prática. Em maior ou maior incidência, toda Instituição de Ensino está vulnerável a incidências de Bullying, uma vez que espera-se que valores essenciais inerentes a dignidade da pessoa humana devem ser construídos no seio da família, o que nem sempre acontece.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que a senhora dirige?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Sim. Mesmo considerando que as ocorrências de Bullying nessa Unidade Escolar são mínimas, porém, não menos importantes, e, na maioria das vezes, resolvidos sem necessitar de maiores intervenções, sabemos que a Escola pode, e deve, desenvolver ações de combate a toda e qualquer injustiça.

JS: Qual a percepção da senhora sobre a incidência de Bullying na Escola que dirige?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Apesar de serem esporádicas, as ocorrências de Bullying são sempre tratadas com o máximo de cuidado e importância, com ações de reparação tanto da vítima quanto daquele (s) que a praticam.

JS: Quais medidas a Escola que a senhora

dirige tem tomado para prevenir e combater eventuais casos de Bullying entre os estudantes?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Promovendo atividades que valorizem o indivíduo na sua dignidade, a diversidade, a importância do respeito e da prática do bem, desenvolvendo atividades já propostas no PPP – Projeto Político Pedagógico – com ações pontuais (diálogo com as famílias, palestras de conscientização, projetos e planos de ação que incentivem a paz e o senso de justiça.

JS: Na opinião da senhora, a abordagem e questões relacionadas à Diversidade e Inclusão são ferramentas importantes para prevenir e combater a prática de Bullying entre os estudantes?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Sim. Ao abordar questões relacionadas à Diversidade e à Inclusão, a Escola contribui significativamente para o fortalecimento da identidade cultural, social e histórica de cada educando enquanto ser único, diferente e especial. A ignorância é, sem dúvida, maior geradora de conflitos e exclusões. O conhecimento, por outro lado, constrói pontes.

JS: Como a Escola que a senhora dirige aborda essas questões relacionadas à Diversidade e Inclusão?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Diariamente, com temáticas que perpassam todo o Planejamento Curricular e Extracurricular, se desdobrando em atividades lúdicas, momentos de socialização, interação, estabelecendo com os educandos um diálogo baseado na confiança e respeito.

JS: Como sua Escola trabalha a conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças entre eles?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - O respeito e a valorização das diferenças estão in-



timamente ligados à prática pedagógico-social da Escola. Ao começar pelo acolhimento – fator essencial para a construção de uma relação sadia e afetuosa – a Escola desenvolve projetos como o “Hora da Cidadania”, que acontece há três anos, todas as sextas-feiras, e também a utilização de recursos como filmes, literatura, oficinas culturais e atividades de estudo de diferentes culturas, reflexão e manifestação da diversidade e pluralidade humana.

JS: Quais são, na opinião da senhora, os principais desafios enfrentados pelas Escolas ao lidar com casos de Bullying?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - A descoberta tardia da incidência, pois algumas vítimas não conseguem se manifestar e pedir ajuda; dificuldade em perceber quando a prática acontece; falta de apoio ou conhecimento da família; demora ou ineficiência no apoio psicológico à vítima e ao agressor; carência de programas socioemocionais.

JS: Esse entendimento se aplica à Escola que a senhora dirige?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Em parte, sim.

BULLYING NAS ESCOLAS

JS: Para a senhora é importante que haja o envolvimento dos pais e responsáveis no combate a casos de Bullying nas Escolas?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Sim. A família é o berço das virtudes, dos afetos e valores. Sem ela, todo esforço ainda é pouco. O envolvimento da família é fundamental para o enfrentamento de todo e qualquer problema que se instala no ambiente educacional.

JS: A senhora repassa essas orientações para sua equipe de Professores e profissionais?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Sim.

JS: Quais são os sinais que os Professores e funcionários das Escolas devem estar atentos para identificar possíveis casos de Bullying?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Mu-

dança de comportamento, isolamento, agressividade, por exemplo, são sinais importantes, que jamais devem ser ignorados. Dificuldades na aprendizagem, baixa frequência, tristeza, enfim, toda e qualquer intercorrência deve ser cuidadosamente considerada.

JS: Em eventuais casos de Bullying, que tipo de apoio é oferecido aos estudantes vítimas na sua Escola?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Sim. Acreditamos na gestão participativa pautada no diálogo, na Pedagogia do exemplo e na cultura da paz. Contamos com uma equipe que preza pela inclusão, acolhimento e valorização da pessoa humana.

JS: A senhora poderia detalhar quais estratégias têm sido mais eficazes no combate ao Bullying na sua Escola?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Além

de contar com a equipe docente, que prontamente disponibiliza de ações direcionadas ao ocorrido, contamos também com o apoio da Semec – Secretaria Municipal de Educação – para encaminhamento Psicológico, quando necessário, e também com a Secretaria de Saúde – com a promoção de palestras e atividades de prevenção, combate ao Bullying e Inclusão Social.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

GICÉLIA LIMA DE OLIVEIRA SILVA - Consideramos a prevenção a melhor estratégia, e por isso acreditamos ser possível construir uma Escola a cada dia mais agradável e inclusiva, onde o respeito e valorização de todos seja uma prática diária. O estreitamento na relação Escola-Família-Comunidade é uma prática eficiente, já que promove o afeto, as relações saudáveis e a confiança.

Apelo: **SOS** Rio Grande do Sul

PIX
SOS RIO GRANDE DO SUL
Ajude doando qualquer valor

QR code for PIX donation

Chave PIX (CPF): 92.958.800/0003-38
Instituição: Dianna

Logo: SOS RIO GRANDE DO SUL

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis**



Stéfany Ferreira S. Firmino

STÉFANY FERREIRA S. FIRMINO - ESPOSA, MÃE EDUCADORA E MISSIONÁRIA TRANSCULTURAL. TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA, GRADUADA EM ADMINISTRAÇÃO E PÓS GRADUADA EM PSICANÁLISE. DE BEDLO HORIZONTE (MG), ATUALMENTE RESIDINDO EM ANAGÉ (BA) E PRESTES A MUDAR-SE PARA ANGOLA.

A Vulnerabilidade por Trás do Bullying

Por que uma pessoa pratica Bullying contra outra?

Há um livro que particularmente gosto muito, chamado “A Coragem de Ser Imperfeito”. Nele, a autora Brené Brown aborda a covardia humana, destacando como somos hábeis em expor ou reprimir o outro devido aos nossos próprios medos e inseguranças. É mais fácil afastar o outro do que enfrentar nossos monstros internos.

Muito se fala sobre as brincadeiras indesejadas e como elas prejudicam a sociedade, mas gostaria que você refletisse por alguns segundos sobre o que aflige seu coração. Afinal, todos nós podemos nos tornar provocadores de Bullying; todos somos capazes. Mas por que alguns praticam Bullying e outros não?

O que dói tanto em uma pessoa, a ponto de levá-la a causar dor no outro? Talvez seja medo, insegurança, fuga de problemas em casa, receio de não ser aceito pelo grupo, ou medo de que descubram sua fragilidade, tornando mais fácil exibir a do outro.

Como podemos tratar a ação se não entendermos primeiro a causa? Qual é a raiz desse comportamento?

Vivemos tempos de grande sofrimento psicológico e pouca saúde emocional. O período pós pandemia reflete adultos estressados e, por consequência, adolescentes inseguros. A escola, então, torna-se um ambiente propício para que os transtornos internos sejam expostos.

O Bullying, em sua essência, é uma manifestação de dor e vulnerabilidade. Aqueles que praticam Bullying muitas vezes fazem isso para mascarar seus próprios sentimentos de inadequação ou para ganhar um senso de poder e controle que falta em outras áreas de suas vidas. Ao intimidar outros, eles temporariamente aliviam suas próprias inseguranças.

É crucial criar um ambiente de empatia e apoio, tanto nas escolas quanto em casa, para abordar as causas subjacentes do Bullying. Isso inclui:

Educação emocional: Ensinar crianças e adolescentes a reconhecer e expressar suas emoções de maneira saudável.

Apoio psicológico: Prover acesso a aconselhamento e terapia para aqueles que demonstram comportamentos agressivos ou estão sendo vítimas de Bullying.

Modelos de comportamento positivo: Pais, professores e líderes devem exemplificar comportamentos respeitosos e empáticos.

Ambientes seguros: Criar espaços onde os jovens se sintam seguros para compartilhar suas dificuldades sem medo de julgamento ou represálias.

Ao entender as causas do Bullying e trabalhar para resolver os problemas emocionais e psicológicos que o alimentam, podemos começar a reduzir sua incidência e criar uma sociedade mais compassiva e solidária.

Delegada destaca papel da família no combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes

Bel^a Rosilene Moreira Correia, Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10^a Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior aponta que a família, por mais óbvio que possa parecer, precisa ser família, precisa acolher. “O importante é conversar, conversar sempre com seus filhos é a melhor maneira de prevenir o abuso sexual”, sublinha.

GABRIELA OLIVEIRA

reportagem@jornaldosudoeste.com

Em 2000, através da Lei Federal nº 9.970/00, foi instituído no Brasil o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes. A data marca a conscientização sobre um crime ocorrido no mesmo dia, 27 anos antes, em 1973, quando a menina Araceli Cabrera, de oito anos, foi estuprada, drogada, morta e carbonizada. O corpo, já em avançado estado de decomposição foi encontrado em uma mata, na Grande Vitória. Até hoje, 51 anos

depois, o crime intriga pela grande quantidade de fatos desconhecidos. Polícia, suspeitos - membros de tradicionais e influentes famílias do Espírito Santo - e familiares se depararam com diversas versões ao longo desses anos, e o crime permanece sem solução. O processo, depois do julgamento e absolvição dos acusados, foi arquivado pela Justiça.

Hoje, no Brasil, embora existam mecanismos legislativos e jurídicos de prevenção e defesa contra esse tipo de violência, estes crimes con-

tinuam a ser cometidos no país.

Dados oficiais divulgados no último mês de Maio pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Disque 100 somou mais de 60,7 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes por meio de 31,2 mil denúncias. Os dados indicam que, a cada 24h, mais de 166 violações; sete violações a cada hora; uma violação a cada 8 minutos.

FOTO: GABRIELA MATIAS



Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10^a Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (10^a Cooprin) de Vitória da Conquista, Bel^a Rosilene Moreira Correia.

Em entrevista exclusiva ao JS, a Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior (10ª Cooprin) de Vitória da Conquista, Belª Rosilene Moreira

Confira a entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes são temas preocupantes e infelizmente ainda muito presentes em nossa sociedade. Como a senhora define esses conceitos?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Na realidade, o abuso e a exploração sexual são dois crimes distintos. A criança pode ser abusada sexualmente, molestada sexualmente e ela também pode ser explorada sexualmente. Como é que a gente define esses crimes? O abuso é qualquer tipo de ato

libidinoso, qualquer tipo de ato sexual contra crianças e adolescentes, numa forma de aliciamento, numa forma de induzir essa criança a praticar o sexo. Qualquer tipo de sexo com a criança e adolescente, especialmente quando a gente tem que distinguir, o menor de 14 anos e o maior de 14 anos. Manter qualquer tipo de relação sexual com menor de 14 anos é crime, mesmo que esse adolescente fale que foi de forma consensual. É crime. O Código Penal Brasileiro proíbe essa conduta criminosa, está estratificado no Artigo 117. A

e na escola, com as crianças e adolescentes sobre sexualidade e gênero, e da denúncia. Não importa quem seja o abusador. "... Salvar crianças", reforça a Delegada, é a missão de todos.

exploração sexual de crianças e adolescentes envolve a questão financeira, quando induz essa criança ou adolescente, ou a pessoa alicia essa criança e adolescente sob forma de explorar sexualmente paga, quando se oferece dinheiro ou se oferece presentes. Qualquer quantia, qualquer forma de presente ou de dinheiro com o objetivo de obter sexo dessa criança ou adolescente, se enquadra na exploração sexual e também é uma conduta tipificada no Artigo 244 do Código Penal Brasileiro.



"Nós temos muitas denúncias de abuso sexual e quase não temos denúncias de exploração sexual. E isso nos preocupa, porque a gente sabe que, infelizmente, vivemos em uma sociedade onde tem muitos, principalmente, adolescentes sendo explorados sexualmente".



JS: Quais são as formas de abuso exploração sexual de crianças e adolescentes?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Na realidade, a gente fala que a violência sexual permeia nossa sociedade, a gente convive diariamente com crianças e adolescentes, principalmente aqui na Delegacia [Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Cooprin de Vitória da Conquista], que foram vítimas de abuso sexual. Um ato libidinoso, uma carícia, um

carinho avançado, praticar sexo com crianças e adolescentes. Infelizmente, isso é realidade, e é um abuso sexual. Toda vez que a criança verbaliza ou demonstra alguns sintomas de que de alguma forma ela foi violentada sexualmente, tem que haver a denúncia. Nós temos muitas denúncias de abuso sexual e quase não temos denúncias de exploração sexual. E isso nos preocupa, porque a gente sabe que, infelizmente, vivemos em uma sociedade onde tem muitos,

principalmente, adolescentes sendo explorados sexualmente. Então toda vez que há essa troca de sexo por presentes, trata-se de exploração sexual. Então são dois tipos de violação dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, dois tipos de modalidades criminosas que são uma realidade e que tem que ser combatidas. É uma realidade que é cruel, porque quem abusa, quem violenta sexualmente crianças e adolescentes está violentando toda a família.



"A questão da Educação Sexual é muito importante, tem uma linha tênue entre falar sobre sexo e educar sobre o que é sexo, o que você pode e o que você não pode, entender sobre as partes do seu corpo, proteger a criança".



JS: Quais fatores contribuem para a prática deste crime?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A gente vem estudando e se capacitando, não só aqui na Delegacia, mas toda a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, no sentido de saber quais fatores que levam a questão do abuso sexual. O que a gente nota, na realidade, é que esses abusos sexuais, infelizmente, a maioria acontece dentro do círculo familiar, os autores da violência estão próximos daquelas crianças e adolescentes. São essas pessoas que cometem os abusos, então a gente fica em uma situação muito complicada, tentando compreender o que leva o abusador a cometer esse crime, porque o abusador não fala, ele não verbaliza, ele pratica aquele crime, aquela violação sexual. Então a gente tem que proteger essa criança e esse adolescente, conversando sempre com as crianças. A questão da Educação Sexual é muito importante, tem uma linha tênue entre falar sobre sexo e educar o que que é sexo, o que você pode e o que você não pode, entender sobre as partes do seu corpo, proteger a criança. Porque, infelizmente, o que vem ao nosso conhecimento, as denúncias que vem a nós, a maioria desses abusos ocorreram no seio familiar, dentro da casa, com quem essas crianças e adolescentes tem esse convívio.

JS: Qual é o perfil da vítima, na maior parte dos casos?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A gente tem crianças e adolescentes de 0 a 17 anos vítimas violência sexual. Recentemente fizemos um levantamento aqui na Delegacia para saber quais são as idades em que esses abusos acontecem e ficam entre 6 e 9 anos. Es-

sas são as idades em que recebemos mais denúncias de abuso sexual. É uma idade em que a criança geralmente fica, talvez, mais exposta, não consiga compreender muito o que ela está vivenciando, por isso que é importante conversar muito com a criança, saber com quem essa criança está ficando, quem tem acesso a essa criança e, sobretudo, confiar na criança, nos sintomas que a criança começar a falar, desconfiar. O próprio instinto da gente muitas vezes nos diz alguma coisa. O importante é conversar, conversar sempre com seus filhos é a melhor maneira de prevenir o abuso sexual.

JS: E quem são, na maior parte dos casos, os agressores?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Infelizmente são pessoas do círculo familiar, são pais, avós, primos, vizinhos. Pessoas com quem a criança tem algum tipo de contato. Lembrando que nem sempre o abuso sexual ocorre uma vez apenas, o abuso é continuado, acontece várias vezes. Então, várias vezes a criança foi abusada sexualmente. E muitas vezes, infelizmente, dentro da casa da própria criança ou dentro da casa do agressor, um ambiente que deveria ser acolhedor, ser de proteção, é onde a criança está tendo os seus direitos violados, onde a criança vem sendo violentada sexualmente.

JS: Qual é o panorama da exploração sexual infantil na região sob jurisdição do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Cooprin? E especificamente, em Vitória da Conquista?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: O Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente aqui de Vitória da Conquista foi criado atra-

vés de uma Portaria aqui da 10ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior, depois também, a própria Delegada Geral do Estado da Bahia criou o Núcleo, através do Diário Oficial do Estado, o que nos alegrou bastante. Porque isso garantiu o nosso trabalho dentro do Centro Integrado de Direitos da Criança e Adolescente, a gente vem trabalhando de forma integrada com todos os órgãos de defesa da criança e adolescente, aqui no Centro Integrado nós temos um equipamento que abrange todo mundo, o Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias, os Conselhos Tutelares, os Creas [Centro de Referência Especializado em Assistência Social]. E nós temos o Complexo de Escuta Protegida aqui dentro, isso também vem resguardar e avaliar o nosso trabalho. Porque, na verdade, nós não trabalhamos sozinhos, nós atendemos o município completo, todo adolescente e criança do município de Vitória da Conquista, sendo da zona rural ou zona urbana hoje tem um espaço onde denunciar situações de abuso. A gente vai avaliar a situação penal e vai encaminhar para a Justiça. E o mais importante disso tudo, a criança ou o adolescente é ouvido através de Escuta Protegida. A gente vem ajuizar uma produção antecipada de provas onde essa vítima será ouvida apenas uma vez, isso faz com que ela não venha a ser revitimizada e que ela não conte o que aconteceu várias vezes, para várias pessoas. Então, temos o Complexo, onde essa criança vai ser ouvida por meio de audiovisual, todos os atores envolvidos no processo estão presentes: Juizes, Promotores de Justiça, Advogados, Delegados. E essa criança não vai mais precisar contar o que aconteceu com ela muitas vezes, apenas para a ajuda psicossocial, para onde ela será encaminhado.



Abuso e exploração sexual de criança e adolescente. É uma investigação difícil de fazer, porque muitas vezes as vítimas são abusadas dentro de suas próprias casas, muitas vezes a própria família não acredita ou não quer que a Polícia se envolva, quer tentar resolver de uma forma que está errada, porque se trata de um crime.



JS: Como é o processo de investigação de uma denúncia de abuso ou violência sexual infantojuvenil?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Primeiro passo é a denúncia. A denúncia chega até a gente por meio de vários segmentos. Através da própria família da vítima, pode vir através do Conselho Tutelar, pode vir através da Educação, através da Saúde, pelo Disque 100. Chegando a denúncia ao nosso conhecimento, nós fazemos as primeiras apurações, vamos nos reunir com os Serviços de Investigação, coletar provas de testemunhas como mães, avós, os próprios pais. Coletando essas provas e tendo indícios de que essa criança foi abusada, a gente ajuiza uma Produção Cautelar Antecipada de Provas, onde essa criança será ouvida no Complexo de Escuta Protegida. É uma investigação difícil de fazer, porque muitas vezes as vítimas são abusadas dentro de suas próprias casas, muitas vezes a própria família não acredita ou não quer que a Polícia se envolva, quer

tentar resolver de uma forma que está errada, porque se trata de um crime. A Ação Penal é pública, e temos a obrigação de agir. Toda vez que chega ao conhecimento da Delegacia que uma criança ou adolescente pode ter sido vítima de uma agressão sexual nós temos que agir, apurar a infração criminal, chegar à autoria e ao final, indiciar para que ele seja responsabilizado na Justiça.

JS: Quais são os desafios mais comuns que a senhora, enquanto Delegada Titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da 10ª Cooprin, enfrenta durante a investigação desses casos?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Na realidade, o nosso dia a dia já não é tão fácil. Porque quando você ouve uma criança ou um adolescente dizer para você ou ler uma carta, muitas vezes eles escrevem uma carta do próprio punho, falando que sofreu a violência. Perguntando ao pai "por que você fez isso

comigo? Por que você fez esse mal comigo?", e você ouvir da criança é muito difícil, essa riqueza de detalhes, quando a criança verbaliza, quando ela vai contando minuciosamente, cada detalhe do fato, cada dor que aconteceu com ela, que não foi uma vez só, e nós não termos a resposta do porquê que ele fez, é muito difícil. É uma missão dolorosa. E nós temos que nos capacitar para acolher essa vítima, o acolhimento dessa vítima é a missão mais difícil que a gente tem. Porque antes de acusar o abusador, o mais importante é acolher e proteger a vítima. E muitas vezes, a gente se sente até impotente, a gente vê as famílias impotentes, as mães, as avós, os próprios pais, porque nem sempre são os pais, se perguntando "onde é que eu estava no momento em que o meu (minha) filho (a) foi abusada?". Esse é o grande questionamento diariamente na nossa Delegacia.

JS: Dados oficiais apontam que a maioria dos crimes (abuso, exploração sexual de

crianças e adolescentes) ocorre no ambiente familiar. Esse fato é um dificultador na decisão de realizar a denúncia ou registrar ocorrência?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A gente acredita que sim. Porque como eu já disse anteriormente, às vezes, a família quer resolver a ocorrência no âmbito familiar, a violência sexual é muito mais do que isso, ela

agride toda a família e você precisa de ajuda, sozinha você não vai conseguir resolver o problema. Porque a gente tem hoje a Medida Protetiva de Urgência para retirar aquele agressor, abusador de casa, a gente pode tentar colocar essa criança em uma família extensa, caso seja a própria família que esteja abusando daquela criança. Nós temos que proteger essas crianças, esses adolescentes. Imagine, a

violência sexual já é difícil para um adulto, é muito difícil de se superar, agora imagine com uma criança ou um adolescente que vai levar aquela agressão para vida toda. A gente tem que ter muito cuidado com os nossos filhos, com as nossas crianças. Porque, infelizmente, é uma realidade cruel e que mexe com todos nós. A proteção da criança vem em primeiro lugar.

FOTO: GABRIELA MATIAS



“
A cura da violência sexual é muito difícil. Então ela passa por todo um processo, tem a denúncia, tem o Processo, tem o Judiciário, tem o Ministério Público, tem os Conselhos Tutelares e tem uma parte importantíssima que é a ajuda Psicossocial. É curar a mente, porque o corpo já foi violado
”

JS: Na opinião da senhora, o fator social e financeiro ainda são fatores que dificultam a denúncia ou registrar a ocorrência?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A gente acredita que a violência sexual está em todas as classes sociais. Igual a violência doméstica que está em todas as classes sociais, o que acontece é que as classes sociais mais abastadas têm outros órgãos que elas procuram primeiro, uma ajuda psicológica, tentam resolver de outra forma achando que vai resolver o problema, não denunciam o agressor, o abusador. E as classes sociais mais vulneráveis procuram diretamente a Delegacia. Mas é o que eu digo sempre, a pessoa sozinha não vai conseguir resolver o problema. A cura da violência sexual é muito difícil. Então ela passa por todo um processo, tem a denúncia, tem o Processo, tem o Judiciário, tem o Ministério Público, tem os Conselhos Tutelares e tem uma parte importantíssima que é a ajuda Psicossocial. É curar a mente, porque o corpo já foi violado. Então para a gente trazer essa criança e esse adolescente para nós, tirar essa criança daquela realidade cruel que ela vivia e trazer para outra realidade. E todos nós enquanto Rede de Proteção temos que entrar nessa luta contra a

violência sexual.

JS: Atualmente, grande parte das denúncias de abuso e exploração sexual infantojuvenil são feitas pelas próprias vítimas através de bilhetes ou anotações em cadernos para professores nas Escolas. Por que, na opinião da senhora, isso acontece?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Exatamente pela questão de não conversar com seus filhos. A gente vem pedindo, orientado as pessoas, as mães, avós, os tutores, aqueles que têm acesso a criança, os tios e tias, que têm contato com essas crianças, conversarem. Porque elas (as vítimas) se sentem sem ninguém, se sentem sozinhas, sem ninguém para conversar, porque tem dentro da sua casa um agressor, foi seu pai, foi seu avô, foi o seu irmão. E o medo de ninguém acreditar, é o que eu ouço sempre, “não contei porque tive medo de ninguém acreditar em mim”. O acreditar que o seu pai, o seu irmão, o seu avô, seu companheiro praticou um abuso na sua casa é difícil mesmo. Então, quando a criança verbalizar, acredite! Quando o seu instinto te falar alguma coisa acredite. Procure ajuda, é isso que pede sempre, a ajuda é importante, um dos fatores

que a gente nota na dificuldade de fazer a denúncia é não acreditar na vítima.

JS: Como proteger as crianças e adolescentes desse tipo de crime?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Conversando. Primeiro passo é a conversa, porque muitas vezes, a criança não conversa dentro de casa, mas conversa na escola, conversa em outros ambientes. Conversar, explicar o que que é. Porque é uma realidade. E está aí, as crianças hoje têm a internet, tem as redes sociais, falam sobre tudo. Então, não adianta esconder isso. Explicar o que é o corpo, quem pode mexer, onde ninguém pode mexer no seu corpo. Porque ninguém pode mexer no seu corpo, porque é a conotação sexual. É conversar com as crianças. As crianças quando chegam na Delegacia, elas vão conversar, elas vão falar. Se elas falam em outro ambiente, por que não falam dentro de casa? Acreditar. A Educação é a base de tudo. Então a gente sabe que temos uma vida atarefada, quem trabalha fora de casa, não tem com quem deixar seus filhos, mas se você conversar com seus filhos, e acreditar no que os seus filhos dizem, a gente consegue diminuir muito os índices de violência e

abuso sexual.

JS: Quais são os protocolos e diretrizes utilizados pelo Núcleo de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A gente usa o Protocolo da Escuta Protegida. Eu faço parte do Comitê Executivo de Vitória da Conquista, onde conseguimos lançar um modelo a ser seguido por toda a Rede de Proteção. Então a gente segue fielmente o Protocolo. A criança vítima de violência e abuso sexual hoje não é ouvida na Delegacia, ela é ouvida no Complexo de Escuta Protegida. Isso nos dá uma segurança jurídica muito grande, porque ali no Complexo de Escuta, a criança, quando verbaliza, ela verbaliza apenas uma vez. Então ali a gente vai ter realmente a coleta de

provas que é importante, porque a partir dali a gente consegue identificar sinais e consegue identificar realmente se a criança ou o adolescente sofreu aquele abuso sexual ou não.

JS: Após a denúncia ou registro da ocorrência, o que é feito?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Assim que a gente recebe o Boletim de Ocorrência da Delegacia, a gente vai ouvir primeiramente os comunicantes daquela denúncia, quem comunicou muitas vezes foi o pai ou a mãe, a avó ou o Conselheiro Tutelar. Nós vamos ouvir esses comunicantes, começar a coletar provas, ajuizar a Produção Antecipada de Provas, uma Medida Cautelar perante a Justiça, aguardar o depoimento especial da criança, mas continuar na investiga-

ção policial.

JS: A Polícia Civil da Bahia capacita os Agentes para atuar em acordo com a Lei Federal 13.431/2017?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Aqui no Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente de Vitória da Conquista, todo mundo é capacitado. Passou por um curso com a Childhood Brasil [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua na proteção à infância e à adolescência], através de uma parceria com o município de Vitória da Conquista. E a Polícia Civil também vem oferecendo, através da Academia de Polícia do Estado da Bahia, cursos para capacitar e orientar os Policiais como agir nessas denúncias de abuso sexual contra a criança e ao adolescente.



Os sinais que a gente vê aqui, em repetidos casos de abuso ou de violência sexual contra crianças e adolescentes geralmente são sonolência, baixo rendimento escolar, depressão, isolamento da criança. Todos os sinais que a criança começa a demonstrar dentro de casa e que, muitas vezes, os pais não estão atentos a essas mudanças



JS: Especialistas pontuam que não há um comportamento único para identificar uma criança ou adolescente que possa estar sofrendo algum tipo de violência. Qual a orientação a senhora daria para pais ou responsáveis, inclusive para gestores e profissionais da área da Educação?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Os sinais que a gente vê aqui, em repetidos casos de abuso ou de violência sexual contra crianças e adolescentes geralmente são sonolência, baixo rendimento escolar, depressão, isolamento da criança. Todos os sinais que a criança começa a demonstrar dentro de casa e que, muitas vezes, os pais não estão atentos a essas mudanças. Então, é ficar atento a mudanças de comportamento, A criança não quer mais sair do quarto, não quer ir para casa de alguém. Mas reforço que o diálogo é o mais importante. Esses sinais de baixo rendimento escolar, de depressão, da automutilação, é o que mais aparece aqui na Delegacia.

JS: Qual mensagem deixaria a pais e responsáveis, no sentido de apurar o cuidado com esse público vulnerável?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: A mensagem que eu digo é confiar no seu instinto. Se você desconfiou, se o seu instinto te falou, se essa criança mudou o comportamento, se existe alguma coisa de errado, se dentro da sua casa a rotina mudou, se alguma coisa está acontecendo, dialogue, converse, procure uma ajuda profissional. E, se for o caso de abuso sexual, denunciar sempre. Nunca tentar resolver por si mesmo. Você não vai conseguir. A denúncia é importante, a coleta de provas é importante, proteger sua criança é importante. Retirar o abusador de dentro de casa e do convívio com essa criança e adolescente é ainda

mais importante.

JS: Quais são os maiores desafios emocionais e profissionais que a senhora enfrenta no seu dia a dia ao lidar com esses casos?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Eu digo que todos os dias é um novo dia. Infelizmente, todos os dias em que a gente chega na Delegacia, a gente encontra casos de abuso sexual, é uma realidade. E quando nós pegamos uma missão dessa para cumprir temos que ir até o final. É muito difícil, é trabalhar, fazer Terapias, O que a gente faz, e temos que fazer diariamente, porque a gente tem que estar bem para passar, para você acolher uma vítima de violência sexual, se você não estiver bem, você não vai conseguir acolher essa criança ou adolescente. Então, para a gente é difícil trabalhar com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Eu achava que havia nascido para trabalhar como a mulher vítima de violência. Mas descobri há alguns anos que eu nasci para trabalhar com criança e adolescente vítimas de violência. E é uma missão que eu cumpro, apesar de ser muito dolorosa, eu cumprio com muito orgulho. Porque todas as vezes que eu consigo tirar uma criança ou adolescente do círculo familiar abusivo, eu consigo resgatar essa criança para um convívio melhor, é o que me faz continuar nessa missão, é o que me faz mais feliz.

JS: Qual a mensagem a senhora gostaria de deixar para a sociedade em geral?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Proteger! Proteção é o que eu sempre digo. Eu vim para essa Delegacia da Criança e do Adolescente, para proteger essas crianças e adolescentes. Mas eu não consigo fazer isso sozinho e preciso da ajuda de todos. Todos nós,

enquanto sociedade, todos nós lutarmos para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes. Para que eles tenham a sua integridade física e emocional. Só assim a gente consegue salvar, a gente consegue prevenir situações de abusos. Isso, para mim, é a minha missão. Eu gostaria que ninguém viesse aqui na Delegacia registrar nenhum caso de abuso sexual de crianças e adolescentes, mas essa não é a nossa realidade. Porém, se a gente tem uma Delegacia que combate o crime, a gente só consegue combater com a ajuda de todos. Então eu preciso de todos nessa luta, todos nós entrarmos nessa missão. É a minha mensagem, prevenção e proteção.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DELEGADA ROSILENE MOREIRA CORREIA: Não, eu acho que consegui falar tudo. Eu gostaria de agradecer a vocês por dar esse espaço, a imprensa é muito importante nessa luta. Hoje, há a internet, as redes sociais, a televisão, todos nós juntos nessa campanha. Lembrar que estamos saindo da campanha do Maio Laranja, mas isso é para a vida inteira. Eu falo que a campanha é permanente, lembrar que neste momento aqui em que nós estamos conversando, uma criança pode estar sendo abusada sexualmente. E quando a gente fala, verbaliza, quando a gente está falando sobre abuso sexual infantil, a criança vai ouvir e ela vai saber o que é abuso sexual. E lembrar sempre que a criança não sabe o que é o abuso sexual. Ela vai saber que vem sendo abusada quando você fala com ela que isso é um abuso sexual, aí ela vai saber que alguém está lhe usando, lhe assediando, lhe induzindo a praticar uma coisa errada, e ela precisa ser salva. Salvar a criança, essa é a minha mensagem.



Ana Patrícia Dantas Leão

ANA PATRÍCIA DANTAS LEÃO – ADVOGADA, GRADUADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, VICE-PRESIDENTE DA OAB/BA

A Advocacia Predatória e a Subserviência da OAB/BA

Advocacia predatória é o nome que vem se dando à mais nova modalidade de restrição do exercício da advocacia, em especial, da jovem advocacia, movimento que vem ganhando corpo e forma no âmbito do Poder Judiciário.

Em artigo publicado no Portal Migalhas, o juiz de direito Guilherme Stamillo Santarelli Zuliani, que atua na Vara da Fazenda Pública de Araraquara/SP, definiu por “litigância predatória ou advocacia predatória” o ajuizamento de ações em massa, através de petições padronizadas, artificiais e cheias de teses genéricas, em nome de pessoas vulneráveis e com o propósito de enriquecimento ilícito.

E, portando-se como fiscal do exercício da advocacia e, até mesmo avaliador da qualidade da nossa atuação profissional, em seu artigo, o magistrado qualifica como ilegal a atuação do profissional, a ensejar a intervenção do Ministério Público “e até do GAECO”, Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais, para apuração dos crimes de apropriação indébita, estelionato e falsidade.

O exercício da advocacia em massa jamais deverá ser qualificado como predatório, nem tipificado como ilícito, pois se trata de legítimo exercício do direito de ação, justamente e normalmente, em prol da defesa dos interesses de pessoas hipossuficientes e vulneráveis, que são cotidianamente devorados por poderosos conglomerados de prestadores de serviços, estes sim, a merecer o olhar atento e combativo das suas práticas abusivas pelo Poder Judiciário.

Lado outro, e em completa incoerência com a defesa de que a tal “advocacia predatória” representa uma ameaça ao sistema legal e à busca da justiça, não se vê a mesma preocupação com os números alarmantes de sentenças de extinção dos processos sem resolução do mérito, movimento que poderia igualmente ser alcunhado de “judicatura predatória”, porquanto verdadeiramente atentatória à garantia constitucional de que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” e à garantia do “amplo e irrestrito acesso à Justiça”, observadas a efetividade e duração razoável do processo.

E nesse oceano de contradições, a OAB/BA, natimorta, sem forças para se opor à onda de criminalização do exercício da advocacia, sem independência para lutar contra a judicatura predatória, dedica seus últimos suspiros em festas, congressos e caravanas ineficientes, início e fim de uma gestão que ainda não disse “para o quê veio”!

Somente à Ordem dos Advogados incumbe a fiscalização do exercício da advocacia, assim como a penalização de todos aqueles profissionais que infrinjam as normas de Ética e Disciplina, de que é exemplo a propositura fraudulenta de ações judiciais, conduta reprovável a ensejar a aplicação das penalidades já previstas no Estatuto da Advocacia e da OAB, que vão desde suspensão do exercício profissional à penalidade máxima de declaração de inidoneidade moral, com a consequente exclusão dos quadros da Ordem e baixa do registro profissional. Mas esta competência é da Ordem e somente dela.

Batizar a advocacia de massa como predatória é criminalização genérica da atuação profissional, é a cortina de fumaça para não enfrentar a desestrutura do Poder Judiciário, movimento que cresce e se consolida sob a palidez e ineficiência da OAB da Bahia, subserviente que é aos Poderes e indiferente às dores da advocacia.

Saudades do tempo em que a Ordem era independente, sendo voz e instrumento para a defesa da advocacia e da sociedade. E como bem nos diz Eduardo Galeano: “Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.”

Autismo: Especialista destaca relevância do diagnóstico precoce e reconhecimento da Neurodiversidade

Identificação dos sinais de alerta permite a realização de intervenções comportamentais, além de apoio educacional de maneira antecipada e eficaz

GISELE ALMEIDA
AGÊNCIA COMUNICATIVA

gisele@comunicativaassociados.com.br

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se manifesta em uma a cada 100 crianças, de acordo com estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Condição do Neurodesenvolvimento caracterizada por uma variedade de indícios e níveis de intensidade, os sinais podem ser percebidos ou não nos primeiros meses de vida. Suas causas ainda são desconhecidas, mas evidências científicas indicam influências de fatores genéticos e ambientais.

Segundo o Ministério da Saúde, o diagnóstico pode ser estabelecido entre 2 e 3 anos de idade. Além das dificuldades de interação social, comunicação e aprendizagem, outros sintomas que costumam definir o TEA são padrão restritivo e repetitivo de comportamento, hipersensibilidade sensorial, atraso no desenvolvimento motor, aparente indiferença a estímulos e reações desproporcionais diante da quebra da rotina.

Psicóloga com Especialidade em Psicologia Escolar e Saúde Mental Coletiva, Jussara Aguiar explica que o diagnóstico do Transtorno é essencialmente clínico, feito a partir de observações. "A identificação depende da observação a respeito do comportamento e do desenvolvimento. Esse acompanhamento também se baseia em entrevistas com os pais, professores e demais pessoas que convivem com a criança. Hoje, os profissionais da Saúde e Educação, como Fonoaudiólogos, Pedagogos e Neurologistas, investigam tanto o contexto histórico, social e afetivo, quanto os sinais que chamam atenção", afirma a psicóloga que também é Professora da UniFG, instituição pertencente ao Ecossistema Ânima Educação.

Abordagem personalizada do diagnóstico

Estudos comprovam que quanto mais cedo for o diagnóstico e direcionamento para intervenções comportamentais e apoio educacional, maiores serão as chances de qualidade de



CRÉDITO: DIVULGAÇÃO

vida a longo prazo. A Especialista destaca que o envolvimento dos profissionais ajuda a pensar alternativas necessárias para o progresso da criança dentro da sua capacidade de desenvolvimento e aprendizagem.

"Quando se descobre o TEA, o susto geralmente é a primeira reação. Afinal, por mais que haja uma discussão bastante fundamentada em nossa sociedade, muitos pais enfrentam desafios para lidar com o diagnóstico e os primeiros passos. Por isso, é preciso providenciar junto aos profissionais as intervenções iniciais para garantir melhores condições de vida. No meio desse grupo a figura do Psicólogo é de extrema importância, pois ele atende as demandas de cada caso através de estratégias que partem de uma minuciosa análise clínica", ressalta Jussara.

No Brasil, a Lei 13.438/2017 garante o direito de todas as crianças de até 18 meses de idade serem avaliadas quanto ao risco de Transtorno do Espectro Autista e outras condições psíquicas. O Sistema Único de Saúde (SUS) deve oferecer um Protocolo com padrões avaliativos, essencial para a detecção precoce. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa

com TEA, conhecida como Lei Berenice Piana, também assegura Diagnóstico Antecipado, Tratamentos, Terapias e Medicamentos gratuitos.

Importância da Inclusão e Respeito à Neurodiversidade

Para Jussara Aguiar, Inclusão significa trazer novas perspectivas e ideias para conduzir a produtividade das pessoas com TEA diante dos talentos que apresentam.

A Psicóloga ainda reforça o compromisso com a difusão de mais informações. "Sabemos o nível de complexidade em torno do Transtorno, então precisamos levar mais conhecimento a respeito dos avanços e formas de encarar as dificuldades. Fora o auxílio no cumprimento dos direitos garantidos, a informação contribui para a inclusão efetiva, o que enriquece toda a diversidade cultural e intelectual de nossas comunidades", pontua. Ela também acrescenta que desmistificar o Autismo é crucial no combate à exclusão social e falta de oportunidades, seja nos ambientes educacionais ou de trabalho.

O TDAH pode prejudicar o resultado no teste de QI?

JENNIFER DE PAULA - MF PRESS GLOBAL

mf@pressmf.global

Em uma análise minuciosa sobre a relação entre Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o desempenho em Testes de Quociente de Inteligência (QI), o Dr. Fabiano de Abreu Agrela, Pós PhD em Neurociências, Especialista em Genômica e Diretor do Projeto GIP, RG TEA e Neurogenomic, oferece estudos técnicos e complexos sobre esta interseção crítica.

"Estudos têm demonstrado uma correlação estatisticamente significativa entre o TDAH e desempenhos reduzidos em Testes de QI, particularmente em domínios que exigem funções executivas robustas", explica o Dr. Abreu Agrela. "Essas funções incluem atenção sustentada, inibição de respostas impulsivas e memória de trabalho, todas essenciais para um desempenho cognitivo elevado".

Impacto no Desempenho Neuropsicológico

O Dr. Abreu Agrela destaca um estudo fundamental publicado no Archives of Clinical Neuropsychology, que avaliou crianças com TDAH em comparação com normas publicadas e classificações comportamentais dos pais. "Os resultados indicam que, apesar dos QIs médios a baixos-médios, as crianças com TDAH tiveram um desempenho significativamente inferior nas medidas sensíveis ao funcionamento fronto-executivo, com uma prevalência notável de déficits em testes de memória que requerem recall livre, dependente do funcionamento intacto das regiões frontais do cérebro".

QI e Testes Contínuos de Performance

"O desempenho em Testes Contínuos de Performance (CPTs) também varia significativamente com o QI entre crianças com TDAH", aponta Dr. Abreu Agrela, referindo-se a um estudo publicado na Psychiatry Investigation. "Crianças com TDAH e QI superior (≥ 120) tendem a apresentar menos erros de omissão e comissão em Testes Visuais e Auditivos comparadas às crianças com QI médio (70-120), mesmo após controlar variáveis como idade e gênero".

Efeitos dos Sintomas do TDAH na Performance Intelectual



Dr. Fabiano de Abreu Agrela.

A investigação sobre os efeitos dos sintomas do TDAH na performance intelectual adulta revelou correlações significativas. "Sintomas de TDAH na idade adulta prejudicam o desempenho em Testes Intelectuais, independentemente do tempo de conclusão do Teste, com um efeito de tamanho médio a grande", detalha o Dr. Abreu Agrela, citando um estudo publicado na Personality and Individual Differences.

Mascaramento dos Déficits Cognitivos por QI Elevado

"Adultos com TDAH e QI elevado podem apresentar déficits menos evidentes em funções executivas, o que sugere uma compensação parcial das deficiências cognitivas por meio da alta eficiência intelectual", comenta Dr. Abreu Agrela, com base em um estudo da Journal of Attention Disorders.

Conclusão

"É crucial que os profissionais de Saúde Mental e educadores compreendam que, embora um QI

elevado possa mascarar alguns dos déficits cognitivos associados ao TDAH, os indivíduos com este Transtorno frequentemente enfrentam desafios significativos em várias áreas de desempenho intelectual e funcional", conclui o Dr. Abreu Agrela.

Referências:

- MUIR-BROADDUS, J. et al. Neuropsychological test performance of children with ADHD relative to test norms and parent behavioral ratings. Archives of Clinical Neuropsychology, v. 17, n. 7, p. 671-689, 2002.
- PARK, M. H. et al. Differences in Performance of ADHD Children on a Visual and Auditory Continuous Performance Test according to IQ. Psychiatry Investigation, v. 8, n. 3, p. 227-233, 2011.
- GOODWIN, E. J. et al. The impact of ADHD symptoms on intelligence test achievement and speed of performance. Personality and Individual Differences, v. 50, p. 1273-1277, 2011.
- MILIONI, A. et al. High IQ May "Mask" the Diagnosis of ADHD by Compensating for Deficits in Executive Functions in Treatment-Naïve Adults With ADHD. Journal of Attention Disorders, v. 21, n. 5, p. 455-464, 2017.

**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.**

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!

Questão de saúde - Aborto legal acima de 20 semanas é raro e expõe falhas na atenção às pessoas que gestam

Entre os fatores que retardam a realização do procedimento, especialistas apontam a desinformação sobre o direito e dificuldades de acesso aos serviços de saúde



AILTON SENA - ASCOM DP/BA

<https://www.defensoria.ba.def.br/>

O aborto legal é garantido em três hipóteses pelo ordenamento jurídico brasileiro e, se ele acontece em estágios avançados da gestação, é por falhas do Sistema que deveria garantir esse direito às pessoas que gestam. Isso é o que afirma a Médica E Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), Greice Menezes. De acordo com a Pesquisadora, são raros os casos em que o procedimento ocorre em gestações acima de 20ª semana.

“A grande maioria das mulheres buscam os Serviços antes de 20 semanas. Se elas chegam em estágio avançado de gestação é porque

algo falhou”, avalia. A declaração de Greice é corroborada pelos dados de atendimento da Maternidade Climério de Oliveira (MCO-Ufba), que é um dos Serviços de Referência para Aborto Legal no Estado e o único que realiza interrupções acima de 20 semanas. Dos 110 atendimentos realizados pelo Serviço de Saúde entre 2021 e maio deste ano, apenas 37 (33,63%) foram para interrupção de gestações acima de 20 semanas.

Apesar da baixa ocorrência, a realização do aborto em gestações acima de 20 semanas decorrentes de estupro foi objeto de vedação da Resolução CFM 2.378/2024 – suspensa por

decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes – e, ainda no Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi editada uma Nota pelo Ministério da Saúde definindo que os Abortos Legais podem ser feitos desde que a gestação tenha tempo inferior a 21 semanas e seis dias.

A expressão Aborto Legal diz respeito à interrupção de gestações em casos previstos na Lei. De acordo com o Código Penal, o aborto não pode ser penalizado quando se trata de gestação com risco de vida para a gestante ou é decorrente de estupro. O Supremo Tribunal Federal decidiu também pela não criminalização em casos de Anencefalia Fetal.

Nos números divulgados pela MCO-Ufba estão inclusos atendimentos para todas as previsões legais. De acordo com a Gerente de Atenção à Saúde da Unidade, Roberta Vieira, a falta de informação sobre o direito ao aborto e sobre os Serviços de Saúde também atrasam a realização do procedimento. "Ocorre também, principalmente com crianças, a não observação das mudanças que a gestação provoca no corpo, só descobrindo tardiamente", conta.

No período analisado, a idade das pacientes atendidas para realização de Aborto Legal variou entre crianças de 11 anos e mulheres de 40. Para reverter o cenário de abuso sexual de crianças e adolescentes, a Médica Obstetra reforça a importância de garantir Educação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva desde a infância. "Falar sobre esse tema em casa e nas Escolas pode prevenir os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes", defende.



Cartilha da DPE/BA ensina crianças a se protegerem de abuso



André Naves

ANDRÉ NAVES, DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL, ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO SOCIAL E ECONOMIA POLÍTICA.

Defensor Público reforça a necessidade de políticas públicas eficazes de proteção aos idosos

Neste sábado, 15 de junho, o mundo voltará sua atenção para uma das questões mais urgentes em Direitos Humanos com a celebração do Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa desde 2006, este dia destaca a urgência de maior proteção a um dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade.

No Brasil, já são mais de 30 milhões de brasileiros idosos e é urgente o debate em torno do tema. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) alerta para os diferentes tipos de violações sofridas pelos mais idosos. Os casos mais recorrentes incluem violência física, psicológica, patrimonial, sexual, abandono e discriminação. São inúmeros os casos de agressões, principalmente verbais e maus-tratos que partem na maioria das vezes de pessoas da própria família.

Em algumas situações, os abusos são realizados na forma de beliscões, empurrões, tapas ou agressões que não deixam sinais físicos. Além disso, a violência psicológica é uma realidade. Ela é caracterizada por atos de humilhação, desvalorização moral ou deboche, que abalam a autoestima do idoso e podem desencadear situações de isolamento, bem como depressão e distúrbios nervosos. Os idosos quase nunca denunciam, por medo e para proteger seus familiares.

André Naves, Defensor Público Federal e especialista em Direitos Humanos e Inclusão, chama a atenção para essa frequente subnotificação de abusos praticados por familiares ou cuidadores. "Os casos de violência contra os idosos que chegam aos noticiários da TV e aos jornais são apenas a ponta do iceberg", alerta Naves.

A boa notícia é que vem aumentando o número de denúncias recebidas diariamente pelo Disque100, serviço gratuito e sigiloso do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Apenas de janeiro a maio de 2023, o Disque 100, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, recebeu 47 mil denúncias e registrou 282 mil violações referentes às pessoas idosas.

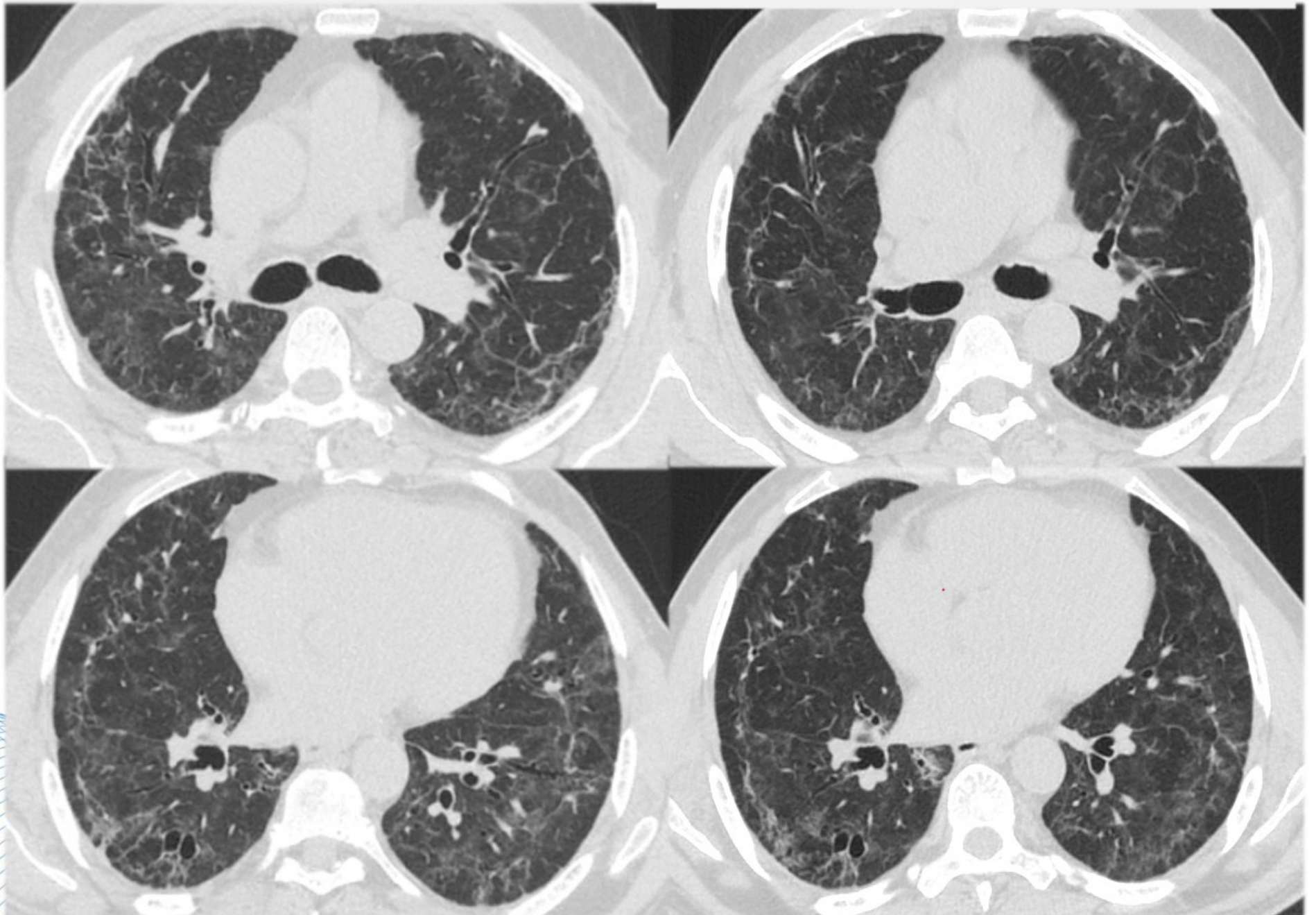
A necessidade de políticas públicas eficazes e de uma sociedade mais empática nunca foi tão importante para proteger os idosos. "Viver a terceira idade com dignidade é um direito de todos. Precisamos exercitar a empatia e nos colocar no lugar do outro, todos os dias, para construir um futuro em que todos possam envelhecer seguros e respeitados", conclui o Defensor Público André Naves.

Sequela pulmonar pode piorar dois anos após a internação por Covid-19 Grave

Ao acompanhar 237 pacientes admitidos no Hospital das Clínicas em 2020, pesquisadores da USP constataram que 91% ainda apresentavam alteração no Pulmão 24 meses após a alta, sendo a Fibrose – 33% dos casos – a mais preocupante

8 meses pós COVID-19 ⇒ Capacidade Pulmonar CVF 2,49 L (64%)

24 meses pós COVID-19 ⇒ Capacidade Pulmonar CVF 2,76 L (71%)



Entre os participantes que tiveram lesões semelhantes à Fibrose, cinco (2%) demonstraram melhora da alteração pulmonar em comparação com a avaliação feita um ano após a internação. No entanto, 20 (25%) apresentaram piora no quadro.

MARIA FERNANDA ZIEGLER - AGÊNCIA FAPESP

<https://agencia.fapesp.br/>

Dois anos após a alta hospitalar, a maioria dos pacientes que tiveram Covid-19 grave e precisaram ser intubados está apresentando sequelas pulmonares de longo prazo. Até mesmo alguns indivíduos que tinham tido uma boa

recuperação após a doença voltaram a manifestar piora no quadro 24 meses após a internação. Foi o que mostrou estudo conduzido no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FM-USP), no âmbito do qual es-

tão sendo monitorados 237 pacientes que desenvolveram a forma grave da infecção em 2020.

Entre os participantes, 219 (91%) apresentavam alguma alteração pulmonar nessa avaliação após dois anos, sendo 139 (58%)

casos de Inflamação no Órgão e 80 (33%) de Fibrose (quando o Tecido, em decorrência de múltiplos danos, sofre alterações que o tornam mais rígido e dificultam as trocas gasosas). Entre os que tiveram lesões semelhantes à Fibrose, cinco pacientes (2%) demonstraram melhora da alteração Pulmonar em comparação com a avaliação feita um ano após a internação. No entanto, 20 (25%) apresentaram piora no quadro.

Publicado na revista The Lancet Regional Health – Americas, o estudo sobre as sequelas pulmonares de pacientes com Covid-19 grave integra um Projeto [<https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/112186/avaliacao-tardia-dos-efeitos-fisicos-psicologicos-e-cognitivos-em-uma-coorte-de-pacientes-sobreviven/?q=22/01769-5>] apoiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e pelo Instituto Todos pela Saúde. O grupo pretende acompanhar mais de 700 pacientes por pelo menos quatro anos após terem sobrevivido à internação por Covid-19. O trabalho investiga os impactos do SARS-CoV-2 em diferentes aspectos, desde questões genéticas até os efeitos físicos, psicológicos e cognitivos no que se tornou uma das principais cortes so-

bre o tema em todo o mundo.

“Em relação às questões pulmonares, dois anos após a alta hospitalar há um perfil de pacientes – que precisou de UTI e de Ventilação Mecânica, foi intubado e é idoso – com sinais de evolução para uma seqüela pulmonar. Precisamos acompanhar para saber se ela será definitiva. Outro dado interessante, que mostra como o Coronavírus está surpreendendo a todos, são os 20 participantes que tinham tido uma melhora no primeiro ano e voltaram a piorar na avaliação pulmonar feita após dois anos”, conta Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho1, Professor da FM-USP e Coordenador do estudo.

A questão da fibrose é tão preocupante que, na avaliação de três anos pós-Covid (já realizada e ainda em análise), os pesquisadores pretendem fazer biópsias (Exames de Broncoscopia) para investigar mais a fundo o que tem sido observado por Tomografia em termos de alteração da capacidade pulmonar.

“Precisamos descobrir se se trata de uma cicatriz ou de uma Fibrose em instalação. A biópsia é importante, pois precisamos avaliar a necessidade de intervenções

com medicamentos [Corticoides ou Antifibróticos] para tentar bloquear a evolução do Processo Fibrótico”, diz.

Carvalho explica que existem mais de 200 fatores que podem levar à formação de cicatrizes e Fibrose Pulmonares. As causas mais conhecidas são a inalação de poeira de carvão, silicatos ou amianto por profissionais de mineração ou trabalhadores que fabricam esses materiais. Há também Doenças Autoimunes, como Esclerodermia, Lúpus e Artrite Reumatoide, cujas inflamações podem gerar essas cicatrizes pulmonares.

“Isso também já tinha sido observado em outras Pneumonias Virais, mas, no caso do Novo Coronavírus, a frequência parece ser maior. É um problema que precisa ser monitorado, pois quando a Fibrose está em estágio avançado existem apenas dois tratamentos muito complexos e dispendiosos: uso de medicamento [considerado de alto custo] ou o transplante de Pulmão. Trata-se, portanto, de uma seqüela com grande peso para o indivíduo e de custo elevado. Existe, inclusive, uma preocupação em relação à sobrecarga do Sistema Único de Saúde [SUS]”, afirma.

Sem Fibrose, mas com Bronquiolite

O estudo também identificou outro perfil de seqüela pulmonar pós-Covid: pacientes que não precisaram de atendimento de UTI, mas tiveram de receber oxigênio estão evoluindo para um quadro de doença de pequenas vias aéreas, como uma espécie de Bronquiolite.

“Diferentemente daqueles que foram intubados e estão apresentando Fibrose, os que precisaram apenas de oxigênio durante a internação estão evoluindo para uma Doença nos Brônquios, que ainda estamos

estudando”, diz.

O trabalho tende a auxiliar na criação de novos protocolos de tratamentos para pacientes com sequelas pulmonares pós-Covid ou Covid Longa. Carvalho afirma ainda que as principais queixas são fadiga e fraqueza.

“Observamos que esses dois sintomas podem estar relacionados com três aspectos diferentes. Em alguns casos, a fadiga e a fraqueza podem estar associadas à Doença do Pulmão. Em outros, pode ser uma

Doença Cardíaca. Há ainda a possibilidade de ser um problema muscular, como a Sarcopenia [perda significativa de força e de massa muscular], por exemplo”, conta.

“É necessário levar isso em conta, pois o tratamento vai ser diferente para cada um desses casos. Mas, sobretudo, é importante saber que existe tratamento e que o nosso Projeto de Pesquisa tem o objetivo de aumentar a compreensão sobre as sequelas da Covid-19 e de como tratá-las. Estamos atrás disso”, completa.

O artigo Post-COVID-19 respiratory sequelae two years after hospitalization: an ambidirectional study pode ser lido em: [www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00060-7/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00060-7/fulltext).

1 Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho – Graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da USP (1977) e Doutorado em medicina pela Faculdade de Medicina da USP (1990). Desde 1995, é Professor Associado/Livre Docente da Universidade de São Paulo e a partir de outubro de 2012 é professor Titular

da FMUSP, Diretor da Divisão de Pneumologia do InCor do HCFMUSP, onde Coordena a UTI-Respiratória e o Programa de Telemedicina do InCor, Consultor de Desenvolvimento do Equipamento de Impedância Elétrica – TIMPEL S/A. tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Terapia Intensiva e Pneu-

tias Intersticiais, atuando principalmente nos seguintes temas: Ventilação Mecânica, ARDS (Síndrome de Dificuldade Respiratória Aguda), PEEP (Pressão Expiratória Final Positiva) e Insuficiência Respiratória, Fibrose Pulmonar, Sarcoidose e Linfangioleiomiomatose, (Fonte: Currículo Lattes).



COVID 19

Roberta reforça ainda a importância de garantir o acesso aos Serviços de Saúde e capacitar Agentes de Segurança Pública para um acolhimento adequado às vítimas de violência sexual de modo a fazer com que elas sintam seguras para denunciar os agressores.

Atendimento às vítimas de violência sexual

Para os casos de estupro, antes mesmo da realização do aborto, a legislação brasileira garante a chamada profilaxia da gravidez. Em vigor desde 2013, a Lei nº 12.845/2013 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm) torna obrigatório o atendimento às pessoas em situação de violência sexual em todos os Hospitais integrantes da Rede do SUS. Além da Contracepção de Emergência, a Lei garante profilaxia contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), tratamento de lesões físicas e acompanhamento multiprofissional das vítimas.

Na avaliação da Pesquisadora Greice Menezes, o funcionamento efetivo da legislação garantiria a identificação precoce de uma gestação decorrente da violência. "A vítima precisa

ser orientada sobre a necessidade de teste sanguíneo para verificar gravidez caso haja atraso na Menstruação. Se confirmada a gravidez e ela optar por interromper, o procedimento será feito mais cedo", explica Greice Menezes.

A profilaxia para HIV e para gestação indesejada previstas na legislação precisam ser aplicadas em 72 horas do evento. O tempo é importante pois, depois desse período, ambas perdem a eficácia. Além disso, Greice lembra que a diferença de janelas imunológicas entre as diferentes IST's requer um acompanhamento de, pelo menos seis meses, das vítimas pelas Unidades de Saúde.

Outro desafio presente na efetivação da Lei é apontado pela Defensora Pública Lívia Almeida, que coordena o Núcleo de Defesa das Mulheres e a Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública da Bahia. Para ela, ainda predomina no senso comum uma concepção de violência sexual que dialoga com a imagem do beco escuro. "Muitas mulheres desconhecem que a violência sexual também pode acontecer dentro do relacionamento, praticada pelo namorado ou marido. Isso dificulta a produção de estatísticas e o atendimento às vítimas", avalia.

Nesse sentido, Roberta Vieira cita os chamados casos de "stealth", que consiste na retirada do preservativo durante a relação sexual, sem o consentimento da outra pessoa. A conduta pode ser caracterizada Crime de Violação Sexual Mediante Fraude, descrito no Artigo 215 do Código Penal. "Ainda que o início da relação sexual tenha sido consentido, a partir do momento em que há a falta de consentimento para a retirada do preservativo, a conduta pode ser caracterizada como Crime de Estupro", conta.

Incompatibilidade com a vida

No caso de gestações de fetos incompatíveis com a vida, Greice afirma que a baixa qualidade dos equipamentos de Ultrassonografia e dificuldade de acesso aos Serviços de Saúde prejudicam o diagnóstico da anomalia que, muitas vezes, só é descoberta em estágio avançado da gestação. Desde 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal, é permitido o aborto de Fetos Anencéfalos. O procedimento é regulado pela Resolução CFM Nº 1.989/2012 e dispensa autorização judicial.



Má qualidade de exames dificulta diagnóstico de incompatibilidade com a vida

Contudo, há outros tipos de malformação fetal, também incompatíveis com a vida, que precisam ser judicializadas para garantir a interrupção da gravidez. Ou seja, além do diagnóstico, essas mulheres precisam ter assegurado o acesso à Justiça. "As pesquisas mostram que, com o diagnóstico, as mulheres não demoram muito para entender se vão continuar a gravidez. O processo decisivo não explica a demora para realizar o procedimento", aponta.

As barreiras de acesso aos Serviços de Saúde prejudicam, sobretudo, as mulheres pobres que moram em locais afastados dos centros urbanos. De acordo com Greice, muitas vezes elas preci-

sam peregrinar para ter uma Ultrassonografia com qualidade suficiente para atestar que o feto tem anomalia incompatível com a vida. Nos encaminhamentos do interior do Estado recebidos pelo Núcleo de Defesa das Mulheres da DPE/BA, muitas vezes, é preciso realizar exames complementares para fechar o diagnóstico.

"A gente articula com as Secretarias de Saúde do interior para acionar o TFD [Tratamento Fora de Domicílio] e fazer exames mais detalhados que, na maioria das vezes, o município de origem não disponibiliza", explica a Assistente Social Thagila Rodrigues, que atua no Nudem junto aos casos de gestações com anomalia incompatível com a vida não previstos na legislação.

As pessoas que encontrarem dificuldades ou negativas para realizar o Aborto Legal podem buscar o Nudem da Defensoria da Bahia, presencialmente na Casa da Mulher Brasileira ou através do e-mail nudem@defensoria.ba.def.br, ou procurar as Unidades da DEP/BA no interior do Estado [<https://www.defensoria.ba.def.br/coordenadoria-das-defensorias-publicas-regionais/defensorias-regionais/>]. A Instituição também atua para garantir a interrupção de gestações de fetos incompatíveis com a vida não previstas no ordenamento jurídico.



Estudantes de Medicina de Brumado se engajam em campanha e doações são enviadas ao Rio Grande do Sul

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Uma onda de solidariedade e empatia às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul, e mais uma grande mobilização daquelas em que a união faz a força, marcaram a Campanha SOS Chuvas - A população do Sudoeste da Bahia se solidariza com o Rio Grande do Sul, iniciativa dos estudantes do Curso de Medicina da UniFG, Campus de Brumado.

Na última segunda-feira, 10, uma leva de donativos coletados durante os últimos 21 dias foi destinada ao Estado do Rio Grande do Sul. O resultado da Campanha SOS Chuvas - A população do Sudoeste da Bahia se solidariza com o Rio Grande do Sul, recebeu expressiva quantidade de donativos em itens de necessidades básicas, entre alimentos não perecíveis, água mineral, roupas e agasalhos femininos e masculinos para adultos e crianças, sapatos, cobertores, roupas de cama, brinquedos, produtos de higiene pessoal, produtos de higiene doméstica e ração animal.

FOTO: HEMILLY DIAS



A parceria com empresas – Jornal do Sudoeste, Auto Escola Super Modelo, Academia Qualivida, Beto Bike Sports e Taisan Auto – que cederam seus espaços para receber as doações foi importante para o sucesso da proposta, assim como a logística para o transporte até o Rio Grande do Sul possibilitada graças também ao suporte da Comtrasil Comércio e Transportes, que se prontificou a somar forças nessa corrente do bem, liderada pelos estudantes de Medicina do Campus Brumado, cumprindo seus papéis enquanto futuros profissionais de Saúde, transformando o desafio de contribuir e reforçando o entendimento de que a união faz a força e o propósito faz a união, tão importantes para que esse momento de desafio coletivo seja superado.

Representando todos esses parceiros, o proprietário da Auto Escola Super Modelo, Moacir Correia Pereira, explicou porque decidiram somar forças nessa grande mobilização. “O objetivo principal foi de sermos mais um elo nessa corrente de solidariedade e podermos ajudar o pessoal do Sul. Cada um tem que fazer sua parte, e a gente espera com isso inspirar mais pessoas e empresas a fazerem o mesmo, assim como os estudantes do Curso de Medicina e outras empresas e pessoas nos inspiraram a fazer nossa parte. Entendemos que, nesse momento, a gente precisa ajudar, pois, da mesma forma, poderíamos carecer de ajuda”, explicou ele.

Assim como as empresas, muitos cidadãos do bem também não mediram esforços para ajudar, doando e incentivando outras pessoas a fazer parte da corrente do bem, possibilitando, dessa forma, que um expressivo número de itens – roupas femininas e masculinas de adultos e crianças, agasalhos de adultos e crianças, roupas de cama e banho, brinquedos, alimentos não perecíveis, água mineral e ração animal – pudessem ser coletados e despachados para o Rio Grande do Sul.

O JS ouviu, durante o carregamento do caminhão que levou as doações para o Rio Grande do Sul, na sede da Comtrasil Comércio e Transportes, a aluna do 3º Ano do Curso de Medicina e membro do grupo responsável pela iniciativa, Karine Sarmento Santos; a Médica Gastroenterologista e Professora do Curso de Medicina UniFG, Daniela Lima Dias Soares; a Coordenadora Adjunta do Curso de Medicina da UniFG Campus Brumado, Drª Hellen Braga Martins Oliveira, e a Gerente de Marketing da Comtrasil Comércio e Transportes, Sabrina Souza Oliveira.

Confira os depoimentos:

Karine Sarmento Santos, graduanda do Curso de Medicina e uma das coordenadoras da Campanha SOS Chuvas, iniciativa dos Estudantes de Medicina de Brumado: “As doações recebidas para o Rio Grande do Sul são uma verdadeira expressão de solidariedade e empatia. Estas contribuições são vitais para auxiliar comunidades que enfrentam desafios significativos, seja devido a desastres naturais ou necessidades econômicas. Cada doação não só fornece suporte material imediato, como também infunde esperança e resiliência em tempos de adversidade.

Queremos expressar nosso profundo agradecimento a todos que generosamente contribuíram. A sua ajuda faz uma diferença inestimável na vida de muitas famílias, proporcionando



Graduandos de Medicina da UniFG (Karine Sarmento, Leonardo Santos, Bruna Anjos, Marcela Meira Monteiro e Juliano Caetano), Médica Drª Daniela Lima Dias Soares (Gastroenterologista e Professora da UniFG), Drª Hellen Braga Martins Oliveira (Doutora em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos e Coordenadora Adjunta do Curso de Medicina da UniFG Brumado), Rafael Souza (Gerente Administrativo da Comtrasil Comércio e Transportes) e Sabrina Souza Oliveira (Gerente de Marketing da Comtrasil Comércio e Transportes), acompanharam o carregamento do caminhão que transportou as doações para o Rio Grande do Sul.

recursos essenciais e um sentimento renovado de comunidade e apoio.

Nossa participação enquanto estudantes de Medicina reflete o compromisso com a responsabilidade social e humanitária, além de ampliar o alcance das doações, através do engajamento, aprendemos a importância da empatia, do trabalho em equipe e do serviço comunitário, princípios fundamentais que moldarão nossas futuras carreiras como Profissionais de Saúde.

Mais uma vez, nosso sincero obrigado a todos que doaram. Juntos, continuamos a construir um futuro mais solidário e saudável para todos”.

Drª Daniela Lima Dias Soares, Médica Gastroenterologista e Professora do Curso de Medicina da UniFG: “Nós, professores da UniFG Brumado, ficamos muito sensibilizados com a tragédia que assolou o Rio Grande do Sul nos últimos meses. Entendemos que, além de transmitir conhecimento, temos a missão de estimular em nossos alunos virtudes como compaixão, amor ao próximo, respeito e senso de coletividade. Por isso, resolvemos incentivá-los a organizar esta campanha, que beneficiará inúmeras famílias. Além dos itens doados, o caminhão, com certeza, irá recheado de amor. Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este ato de solidariedade se concretizasse”.

Drª Hellen Braga Martins Oliveira, Doutora em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos e Coordenadora Adjunta do Curso de Medicina da UniFG Brumado: “Não formamos apenas Médicos, mas seres humanos! E o Curso de Medicina da UniFG Brumado vai além do ensino de técnicas e procedimentos. Preparamos cidadãos para o mundo, mais humanistas, críticos, reflexivos, comprometidos com o bem-

-estar e a Saúde Integral das pessoas, capazes de amenizar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida, em especial daquelas mais necessitadas. Esta campanha demonstra o nosso comprometimento e responsabilidade social, valores fundamentais que devem ser de toda Instituição de Ensino Superior, enquanto agente transformadora atribuída ao poder da Educação. Embora separados geograficamente, somos uma única nação, uma única família, unida em tempos de adversidade. Que esta semente lançada pela Comunidade Acadêmica da UniFG Brumado esteja sempre fértil nos corações das pessoas, pois tão importante quanto qualquer tratamento médico, é a solidariedade e a compaixão que praticamos com nossos semelhantes, neste momento representados pelas vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul”.

Sabrina Souza, Gerente de Marketing da Comtrasil Comércio e Transportes Ltda: “Com o intuito de arrecadar e transportar doações, a Transportadora Comtrasil sente-se honrada em participar desta campanha de solidariedade, marcada pelo slogan 'Transportando Solidariedade'. Estamos encarregados de transportar as doações generosamente feitas pelo Café Bom Sabor, pela Igreja São Cristóvão, pelos estudantes de Medicina da UniFG em Brumado, pelos discentes da Faculdade Unopar de Brumado e pelos colaboradores dedicados da nossa empresa. As doações serão direcionadas para a Defesa Civil de Canoas/RS, a cidade mais atingida. Esta ação demonstra o poder transformador da união em nossa comunidade. Na Comtrasil, acreditamos na importância de apoiar o próximo e estamos comprometidos em garantir que cada doação chegue com segurança e carinho aos seus destinos. Juntos, estamos fortalecendo os laços comunitários e espalhando amor e esperança”.

FOTOS: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Cidade celebra seu aniversário com inauguração de novo e requintado espaço gastronômico

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O casal de empresários Waldomiro Oliveira Júnior e Jovânia Andrade Oliveira, que revolucionou a gastronomia em Brumado, oferecendo muito mais que pratos requintados, a oportunidade dos clientes desfrutarem de um espaço intimista – Jardim Quintália – presenteou Brumado, no mês do aniversário de 147 anos da cidade, com a inauguração, no último dia 6, do Restaurante Quintália.

O Restaurante Quintália, que se soma ao Jardim Quintália, um espaço polivalente de 780 metros quadrados, com três ambientes – dois ao ar livre – é um projeto inovador e que reflete o compromisso do casal de empresários em se adaptar às demandas da sociedade moderna, oferecendo muito mais que um local para que os clientes possam degustar o melhor da culinária italiana, enquanto apreciam uma seleta carta de vinhos, cuidadosamente escolhidos para harmonizar perfeitamente com cada prato, garantimos uma experiência gastronômica inesquecível.

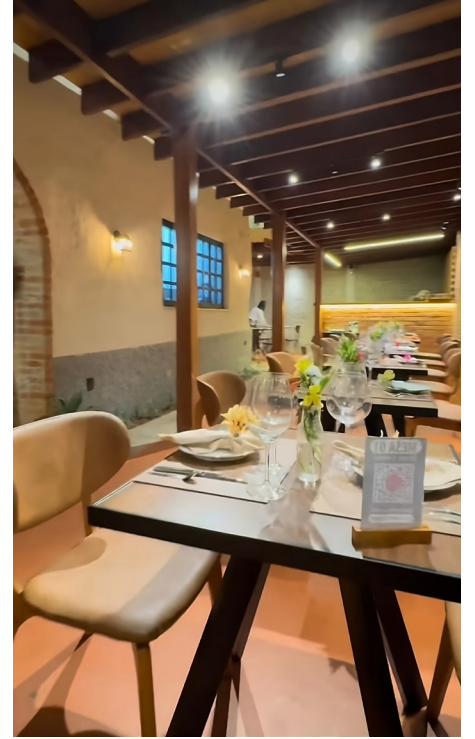
O espaço, concebido e projetado pelos filhos, respectivamente o Graduando em Engenharia Metalúrgica Arthur Figueira Almeida Oliveira e a Arquiteta Paula Peret Oliveira, é muito mais que um ambiente físico, antes, é um conceito que tem por objetivo, além da sustentabilidade, proporcionar aos clientes experiências excepcionais no mundo da gastronomia e hospitalidade. Inspirada na ideia de uma aldeia – na verdade da experiência que teve ao conhecer as casas de campo da Toscana, no interior da Itália, com seus móveis de madeira, jardins floridos e uma cozinha cheia de aromas e sabores - onde “aldeões” de diferentes origens se encontram, não apenas por uma comida, um prato diferente ou uma bebida de qualidade, mas para ter uma experiência, como refletiu em entrevista ao JS em fevereiro último: “As pessoas vêm num Restaurante como o Quintália, não por uma comida, elas vêm por uma experiência. E a experiência é completa com tudo que acontece aqui, com o serviço, com a comida, com a conversa, com a bebida, com o ambiente...”. E este espaço multifuncional foi projetado para receber pessoas de todos os horizontes.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



CASAL DE EMPRESÁRIOS WALDOMIRO OLIVEIRA JÚNIOR E JOVÂNIA ANDRADE OLIVEIRA.

FOTOS: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Waldomiro Oliveira enfatiza que este é um modelo de negócios totalmente novo, ampliando e reforçando o compromisso com o ecossistema, não apenas para autossustentação do espaço, mas para promover conexões e parcerias, bem como para estimular o bem-estar e a qualidade de vida de todos os envolvidos - colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e, evidentemente, clientes. "Entendo que podemos fazer a diferença e contribuir, com nossa semente, para criar um mundo mais equilibrado e harmonioso para as gerações futuras", pontua Waldomiro Oliveira, acrescentando que

a proposta abrange, aos poucos, fomentar a memória cultural da cidade ao oferecer um ambiente acolhedor e versátil que possa ser utilizado não somente para oferecer uma culinária de excelência, mas um local de design moderno e versátil, que mistura uma convidativa combinação de mesas internas e ao ar livre, com infraestrutura adequada para diversos eventos personalizados – reuniões, exposições de arte, workshops, comemorações e confraternizações – oferecendo, além do melhor da culinária italiana e sua experiência de Sommelier que poderá ajudar na escolha do vinho perfeito para

acompanhar a sua refeição, levando em consideração o sabor dos pratos e suas preferências pessoais.

O Restaurante Quintália não só trouxe um novo conceito gastronômico à Brumado, mas também se tornou um marco importante em sua história, celebrando o aniversário de 147 anos da cidade com requinte e sabor. Os brumadenses e visitantes agora têm um motivo a mais para comemorar e desfrutar das delícias da culinária italiana oferecida pelo Restaurante Quintália, que promete se tornar um verdadeiro ícone culinário local e da microrregião

UM CONSULTÓRIO DE ENDOCRINOLOGIA EM BRUMADO
para chamar de seu!

Atendimento de Segunda a Sexta

Confira nossos horários

DRA. NATHALE PRATES
• ENDOCRINOLOGIA •

HORÁRIOS DE Atendimento

- Segundas-Feiras** MANHÃ
- Terças-Feiras** MANHÃ
- Quartas-Feiras** TARDE
- Quintas-Feiras** MANHÃ E TARDE
- Sextas-Feiras** MANHÃ

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
 Clínica ProBeauty.
 (Prox. a Praça do Jurema)

Agendamento de consultas
 Via WhatsApp
(71) 99209-7355



Artur Marques da Silva Filho

ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFPEP)

O flagelo dos precatórios

O problema dos precatórios de caráter alimentar no Brasil, que poderia ser traduzido como um grande calote superior a 40 anos, é de extrema gravidade, pois afeta principalmente servidores públicos, aposentados e pensionistas, com impacto mais nocivo nos dois últimos grupos. Estes são constituídos por pessoas com idade avançada, que dependem muito dos recursos para sua sobrevivência, cuidados essenciais e assistência à saúde.

O imenso número de precatórios, que significam dívidas concretas do Estado, resultantes de ações judiciais que já transitaram em julgado, reflete o descumprimento de leis e acordos firmados com o funcionalismo. Além disso, observa-se a não aplicação de correções salariais devidas, falta de pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade e outras diversas transgressões de gestores dos Três Poderes contra direitos de natureza alimentar atrelados aos salários, aposentadorias, pensões e previdência. São equívocos acumulados em mais de quatro décadas, que não deixaram alternativas às pessoas prejudicadas a não ser procurar a Justiça.

Recorreram, obtiveram ganho de causa, mas não se concretizaram os direitos. Isso porque se instituiu no Brasil esse instrumento chamado precatório, que só existe em nosso país, para postergar os pagamentos, em prejuízo de milhares de pessoas, cujos direitos foram desrespeitados por sucessivos governantes e gestores do poder público, na União, estados e municípios. São mais de 40 anos de flagrante calote.

Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), só o governo estadual de São Paulo tem 600 mil credores. Nesse período, mais de cem mil deles morreram sem receber os valores devidos, depois de toda uma vida de trabalho. Como se não bastasse, ainda existe a ameaça da Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que prorroga mais uma vez o prazo dos pagamentos.

Essa insólita e descabida situação gera outro problema grave: instituições financeiras costumam propor a compra de precatórios, mas com deságios exagerados. O Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a Emenda Constitucional 62/2009, que permite um deságio de até 40%. Porém, esse percentual, muito alto, é invariavelmente ultrapassado na realidade do mercado. Muitas vezes, premidos pela necessidade urgente de recursos e desesperançosos quanto à possibilidade de receber em vida o que lhes é legitimamente devido, os credores acabam aceitando essas condições absurdas e de cunho oportunista.

Por isso, é fundamental que, ao receber uma proposta desse tipo, a pessoa procure um advogado, para que tenha a devida orientação e para que os cálculos referentes à atualização dos valores sejam corretos. Isso é importante, pois se, além do deságio, o montante estiver desatualizado ou dimensionado a menor, o prejuízo será ainda maior.

O problema dos precatórios atingiu um grau inaceitável no Estado Democrático de Direito. Estão sendo prejudicadas de modo contundente milhares de pessoas que ganharam ações judiciais movidas exatamente porque tiveram direitos legítimos desrespeitados. Agora, são punidas novamente pelo não cumprimento da reparação dos danos sofridos há anos ou décadas. Trata-se de uma profunda injustiça do poder público, um flagelo que atinge grande número de brasileiros. É premente solucionar essa grotesca distorção.

Governo do Estado disponibiliza valores dos repasses constitucionais feitos aos municípios baianos em maio de 2024

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda Bahia, por meio do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, repassou no último mês de maio R\$ 751.127.448,66 para os 417 municípios baianos. As informações foram disponibilizadas no final da última semana.

As Transferências Constitucionais são parcelas das receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios. Os recursos repassados referem-se ao montante arrecadado no período de 01 a

31 de maio, correspondentes à distribuição de cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O total repassado pelo Estado às 417 Prefeituras Municipais nos primeiros cinco meses de 2024

somam R\$ 2.480.264.795,68.

Visando contribuir para ajudar a conscientizar as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de ter mais transparência e estimular a participação da população na fiscalização das contas públicas, o JS publica, abaixo, os valores repassados pelo Governo do Estado, no mês de maio, para municípios das regiões originalmente da área de abrangência de sua circulação impressa, destacando os dez que mais e os dez que menos recursos receberam.

Confira quanto seu município recebeu no mês de 2024:

MÊS DE MAIO/2024

Municípios que mais Recursos receberam			Municípios que menos Recursos receberam		
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
1º	Vitória da Conquista	16.421.108,10	1º	Firmino Alves	234.370,15
2º	Correntina	10.175.064,88	2º	Caatiba	270.205,30
3º	Jaborandi	4.411.444,21	3º	Cordeiros	274.827,68
4º	Brumado	4.139.780,31	4º	Maetinga	282.735,43
5º	Guanambi	3.298.093,78	5º	Contendas do Sincorá	283.804,76
6º	Bom Jesus da Lapa	3.042.177,58	6º	Abaíra	289.021,51
7º	Itapetinga	2.727.476,67	7º	Jussiape	290.809,01
8º	Caetité	2.541.061,61	8º	Malhada de Pedras	300.756,11
9º	Cocos	2.243.653,34	9º	Bom Jesus da Serra	301.682,77
10º	Mucugê	1.929.208,99	10º	Guajeru	304.290,62

(*) COM INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DA BAHIA

CREDIBILIDADE

JS.

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
26 anos

MUNICÍPIOS	ICMS*	IPI*	IPVA*	ROYALTIES (Lei 7.990/89)**	NO MÊS
ABAIRA	258.119,70	1.864,24	29.037,57		289.021,51
ANAGE	593.042,50	4.283,21	37.036,30		634.362,01
ARACATU	455.722,53	3.291,42	31.701,77		490.715,72
BARRA DA ESTIVA	1.077.251,30	7.780,36	95.402,83		1.180.434,49
BARRA DO CHOCA	1.248.184,22	9.014,92	74.746,29		1.331.945,43
BELO CAMPO	452.748,64	3.269,95	32.785,10		488.803,69
BOA NOVA	394.185,76	2.846,98	13.536,91		410.569,65
BOM JESUS DA LAPA	2.696.733,06	19.476,96	325.967,56		3.042.177,58
BOM JESUS DA SERRA	287.073,36	2.073,37	12.536,04		301.682,77
BONINAL	384.508,84	2.777,09	26.423,54		413.709,47
BOQUIRA	517.341,72	3.736,46	33.579,57		554.657,75
BOTUPORA	309.491,53	2.235,28	24.379,31		336.106,12
BREJOLANDIA	410.664,13	2.965,99	25.856,43		439.486,55
BROTAS DE MACAUBAS	619.560,14	4.474,72	16.277,11		640.311,97
BRUMADO	3.606.101,10	26.044,80	507.634,41		4.139.780,31
CAATIBA	254.782,80	1.840,15	13.582,35		270.205,30
CACULE	838.435,59	6.055,54	77.492,79		921.983,92
CAETANOS	337.042,35	2.434,26	14.923,57		354.400,18
CAETITE	2.229.669,48	16.103,62	295.288,51		2.541.061,61
CANAPOLIS	309.442,33	2.234,92	14.993,39		326.670,64
CANDIBA	344.535,91	2.488,39	44.208,02		391.232,32
CANDIDO SALES	598.751,58	4.324,45	68.546,42		671.622,45
CARAIBAS	331.799,32	2.396,40	16.247,21		350.442,93
CARINHANHA	835.215,04	6.032,28	71.346,53		912.593,85
CATURAMA	293.465,93	2.119,53	13.221,87		308.807,33
COCOS	2.154.973,30	15.564,14	73.115,90		2.243.653,34
CONDEUBA	470.032,15	3.394,77	35.214,07		508.640,99
CONTENDAS DO SINCORA	271.213,97	1.958,83	10.631,96		283.804,76
CORDEIROS	254.616,60	1.838,95	18.372,13		274.827,68
CORIBE	561.685,38	4.056,73	47.355,57		613.097,68
CORRENTINA	10.000.877,73	72.230,62	101.956,53		10.175.064,88
DARIO MEIRA	324.888,17	2.346,49	21.827,59		349.062,25
DOM BASILIO	406.235,54	2.934,01	56.702,41		465.871,96
ENCRUZILHADA	771.096,65	5.569,19	28.755,52		805.421,36
ERICO CARDOSO	330.306,06	2.385,61	14.976,77		347.668,44
FEIRA DA MATA	294.898,67	2.129,88	12.027,88		309.056,43
GUAJERU	283.822,89	2.049,89	18.417,84		304.290,62
GUANAMBI	2.592.549,99	18.724,51	686.819,28		3.298.093,78
IBIASSUCE	293.204,63	2.117,65	30.816,87	1.082,75	327.221,90
IBICOARA	1.561.269,27	11.276,15	77.073,58		1.649.619,00
IBIPITANGA	389.416,78	2.812,54	36.731,82		428.961,14
IBOTIRAMA	924.837,17	6.679,58	135.017,63		1.066.534,38
IGAPORA	714.797,61	5.162,57	35.506,33		755.466,51
IGUAI	554.555,52	4.005,24	45.940,40		604.501,16
IPUPIARA	350.962,36	2.534,79	36.067,25		389.564,40
ITAMBE	655.545,94	4.734,63	43.696,12		703.976,69
ITAPETINGA	2.409.242,18	17.400,58	300.835,91		2.727.478,67
ITARANTIM	770.879,92	5.567,62	62.744,00		839.191,54
ITORORO	506.031,25	3.654,78	56.941,48		566.627,51
ITUACU	684.455,07	4.943,43	60.945,54		750.344,04
IUIU	436.217,74	3.150,55	19.459,62		458.827,91
JABORANDI	4.327.241,40	31.253,19	52.949,62		4.411.444,21
JACARACI	400.646,79	2.893,64	19.054,98		422.595,41
JUSSIAPE	270.901,50	1.956,57	17.950,94		290.809,01
LAGOA REAL	360.401,28	2.602,97	36.425,36		399.429,61
LICINIO DE ALMEIDA	506.966,04	3.661,53	27.167,51	1.872,13	539.667,21
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.345.200,17	9.715,61	177.651,11		1.532.566,89
MACARANI	496.658,16	3.587,08	57.614,96		557.860,20
MACAUBAS	950.463,91	6.864,66	126.781,55		1.084.110,12
MAETINGA	259.937,41	1.877,38	20.920,64		282.735,43
MAIQUINIQUE	434.199,25	3.135,97	32.284,01		469.619,23
MALHADA	621.736,87	4.490,45	24.147,86		650.375,18
MALHADA DE PEDRAS	273.940,52	1.978,52	24.837,07		300.756,11
MANOEL VITORINO	492.426,36	3.556,52	24.282,23		520.265,11
MATINA	332.831,84	2.403,86	7.354,64		342.590,34
MIRANTE	339.215,75	2.449,96	12.853,85	1.252,66	355.772,22
MORPARA	398.604,39	2.878,90	12.634,84		414.118,13
MORTUGABA	314.438,70	2.271,02	32.885,65		349.595,37
MUCUGE	1.865.622,81	13.474,33	50.111,85		1.929.208,99
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	717.267,54	5.180,41	26.452,45		748.900,40

FINANÇAS PÚBLICAS

NOVA CANAA	399.057,81	2.882,16	19.212,64	421.152,61
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	866.627,34	6.259,15	87.642,26	960.528,75
PALMAS DE MONTE ALTO	637.636,15	4.605,29	50.375,70	692.617,14
PARAMIRIM	569.000,77	4.109,57	82.942,46	656.052,80
PARATINGA	846.373,26	6.112,88	54.643,34	907.129,48
PIATA	786.260,61	5.678,72	63.045,19	854.984,52
PINDAI	917.290,42	6.625,06	24.050,94	947.966,42
PIRIPA	290.608,38	2.098,89	22.341,04	315.048,31
PLANALTO	619.018,96	4.470,82	74.450,22	697.940,00
POCOES	1.301.260,06	9.398,26	137.853,38	1.448.511,70
POTIRAGUA	396.154,39	2.861,19	31.206,11	430.221,69
PRESIDENTE JANIO QUADROS	392.394,65	2.834,05	14.718,58	409.947,28
RIACHO DE SANTANA	784.096,52	5.663,09	108.306,72	898.066,33
RIBEIRAO DO LARGO	393.911,18	2.845,00	8.562,22	405.318,40
RIO DE CONTAS	431.085,75	3.113,49	40.344,36	474.543,60
RIO DO ANTONIO	348.068,92	2.513,91	39.167,21	389.750,04
RIO DO PIRES	314.024,50	2.268,02	27.921,94	344.214,46
SANTA MARIA DA VITORIA	1.201.250,29	8.675,94	155.482,71	1.365.408,94
SANTANA	777.281,78	5.613,86	51.024,81	833.920,45
SAO FELIX DO CORIBE	683.866,01	4.939,17	81.883,71	770.688,89
SEBASTIAO LARANJEIRAS	405.668,43	2.929,91	19.303,63	427.901,97
SERRA DO RAMALHO	1.148.159,82	8.292,50	77.114,62	1.233.566,94
SERRA DOURADA	492.487,53	3.556,95	39.990,62	536.035,10
SITIO DO MATO	464.789,79	3.356,91	20.076,78	488.223,48
TABOCAS DO BREJO VELHO	818.756,62	5.913,41	29.106,51	853.776,54
TANHACU	658.253,90	4.754,20	72.754,46	735.762,56
TANQUE NOVO	483.456,18	3.491,73	68.772,88	555.720,79
TREMEDAL	502.791,42	3.631,38	32.386,56	538.809,36
URANDI	501.740,29	3.623,78	44.188,75	549.552,82
VITORIA DA CONQUISTA	13.419.417,94	96.920,78	2.904.769,38	16.421.108,10

Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

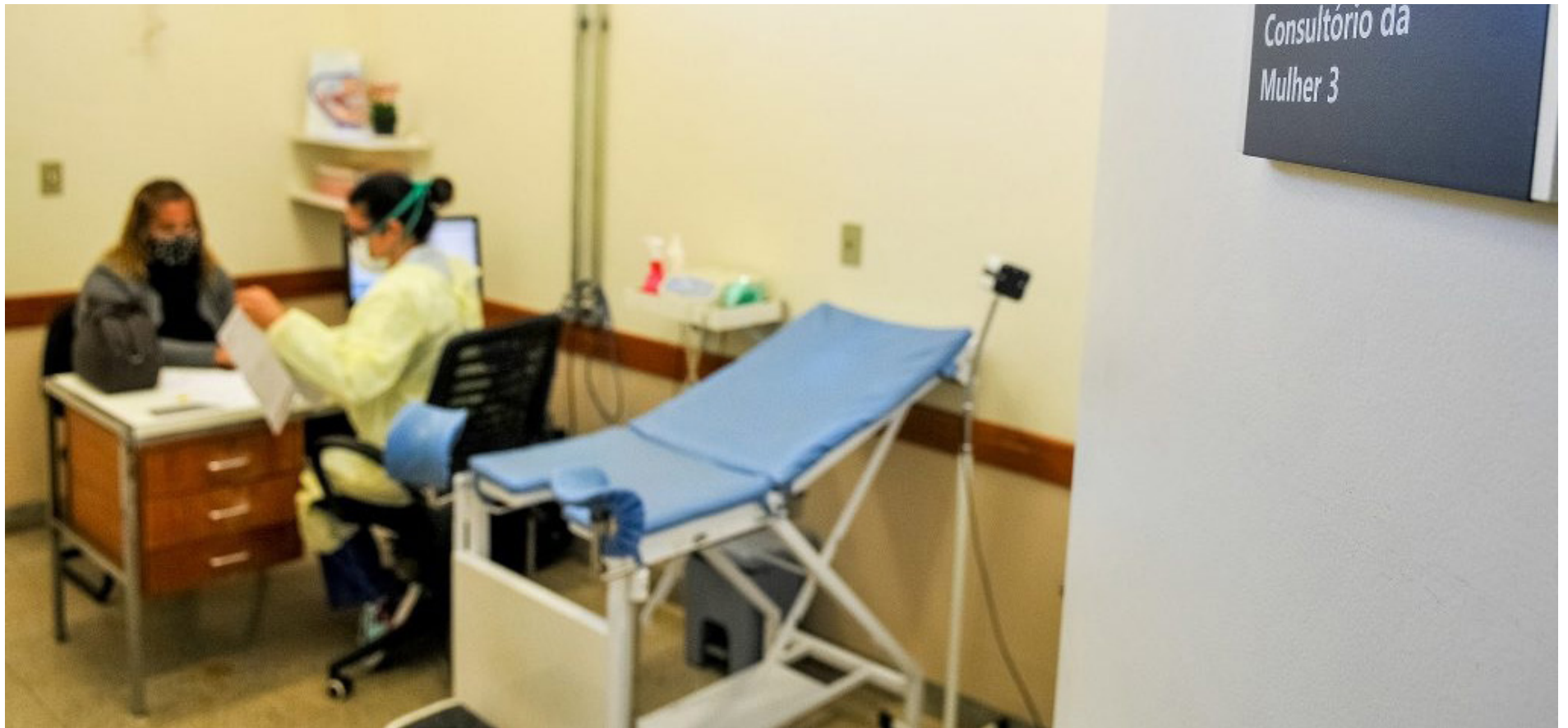
IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: Gilvanio Rocha da Silva

Questão de saúde - Aborto legal acima de 20 semanas é raro e expõe falhas na atenção às pessoas que gestam



Percival Puggina

Eu vi, eu vivi, eu sei: a extrema esquerda é sempre assim!

Quando nos mudamos para Porto Alegre, vindos de Santana do Livramento, fui aprovado no exame para ingresso no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, carinhosamente chamado "Julinho" e oficializado como "Colégio Padrão". E era mesmo. Excelentes professores, num ambiente de liberdade, mas de muito estudo, leitura e provas mensais pra valer.

Continua na Pagina. 05



André Naves

Defensor Público reforça a necessidade de políticas públicas eficazes de proteção aos idosos

Neste sábado, 15 de junho, o mundo voltará sua atenção para uma das questões mais urgentes em Direitos Humanos com a celebração do Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa desde 2006, este dia destaca a urgência de maior proteção a um dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade.

Continua na Pagina. 40



SABRINA GOMES CAMARGO

A violência na escola: o drama do Bullying e a falência dos valores na sociedade atual

A palavra Bullying está presente cada vez mais na mídia, falada e impressa, para descrever um tipo de relação interpessoal marcada pelo poder, pela humilhação ao próximo caracterizada por agressões físicas e verbais (chantagens, piadinhas, assédios, discriminações) cujo objetivo maior é o de ridicularizar o outro.

Continua na Pagina. 09